

**Iniciativa Cerrado  
Sustentável  
(ICS)**

**Apresentação dos avanços da Iniciativa Cerrado  
Sustentável (ICS) no período de 2010 a 2015.**



**Ministério do Meio Ambiente—junho de  
2015.**

## **INICIATIVA CERRADO SUSTENTÁVEL**

**PRODUTO 6: Relatório Final da Iniciativa Cerrado Sustentável e Relatório de efetividade de gestão das Unidades de Conservação – Tracking Tools.**

### **Contrato de Prestação de Serviços:**

**TF096767** – Projeto “Políticas para o Cerrado e Monitoramento do Bioma” - Iniciativa Cerrado Sustentável – MMA

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, PESSOA FÍSICA, PARA ELABORAR RELATÓRIO FINAL E TRACKING TOOLS DA INICIATIVA CERRADO SUSTENTÁVEL.

Responsável pela elaboração do relatório  
**Tatiany Elizabeth Barata Pereira**

Junho de 2015

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

### **Ministra do Meio Ambiente**

Izabella Teixeira

### **Secretário Executivo**

Francisco Gaetani

### **Secretário de Biodiversidade e Florestas**

Ana Cristina Fialho de Barros

### **Diretor de Conservação da Biodiversidade**

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

### **Gerente de Conservação da Biodiversidade**

Daniela América Suarez de Oliveira

### **Unidade de Coordenação do Projeto (MMA)**

Adriana Bayma

Ionaí Ossami de Moura

Gustavo Henrique de Oliveira

Juliana Carvalho Frota Mattos

Daniele Renata da Silva

## **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

### **Presidente**

Claudio Maretti

### **Diretores**

João Arnaldo Novaes Júnior

Marcelo Marcelino de Oliveira

Sergio Brant

## **ESTADO DE GOIÁS**

### **Governador**

Marconi Perillo

### **Secretário de Meio Ambiente**

Leonardo Vilela

## **ESTADO DO TOCANTINS**

### **Governador**

Siqueira Campos

### **Secretário de Meio Ambiente**

Alan Barbiero

## **SIGLAS E ACRÔNIMOS UTILIZADOS**

<b>APP</b>	Área de Preservação Permanente
<b>Funbio</b>	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>GEF</b>	Global Environment Fund
<b>GO</b>	Goiás
<b>Semades</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Desenv. Sust. do Tocantins
<b>Semarh</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás
<b>Snuc</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
<b>TO</b>	Tocantins
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>PE</b>	Parque Estadual
<b>PN</b>	Parque Nacional
<b>ESEC</b>	Estação Ecológica
<b>RVS</b>	Refúgio de Vida Silvestre
<b>TT</b>	Tracking Tools

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Página</b>
<b>1. Apresentação do Relatório</b>	6
<b>2. Iniciativa Cerrado sustentável (Metas e Objetivos)</b>	9
<b>3. Resultados do Projeto no Período de 2010-</b>	13
<b>4. Componente 1. Conservação da Biodiversidade do Cerrado</b>	13-28
4.2. Projeto Ministério do Meio Ambiente	13-18
4.3. Projeto ICMBIO	18-22
4.4. Projeto Goiás	22-26
4.5. Projeto Tocantins	26-28
<b>5. Componente 2: Uso Sustentável dos Recursos Naturais do Cerrado</b>	28-41
5.2. Projeto Ministério do Meio Ambiente	28-32
5.3. Projeto ICMBIO	32-36
5.4. Projeto Goiás	37-38
5.5. Projeto Tocantins	38-41
<b>6. Componente 3: Políticas Públicas e Fortalecimento Institucional</b>	41-58
6.2. Projeto Ministério do Meio Ambiente	42-48
6.3. Projeto ICMBIO	48-51
6.4. Projeto Goiás	52-54
6.5. Projeto Tocantins	54-58
<b>7. Componente 4: Monitoramento do Bioma e Coordenação da Iniciativa.</b>	58-63
7.2. Projeto Ministério do Meio Ambiente	42-48
7.3. Projeto ICMBIO	48-61
7.4. Projeto Goiás	61-62
7.5. Projeto Tocantins	62-63
<b>8. Componente 5: Coordenação do Subprojeto de Políticas e Monitoramento do Bioma</b>	63-66
8.1. Projeto Ministério do Meio Ambiente	63-65
8.2. Projeto Goiás	65-66
9. Considerações Finais	

## 1. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

---

O documento foi elaborado com base nas informações contidas no Relatório Técnico do Tracking Tool (TT) publicado em 2013 pelo Ministério do Meio Ambiente<sup>1</sup> e reavaliado em 2014, documentos de avaliação da Iniciativa Cerrado como relatórios de revisão de meio termo e de acompanhamento dos projetos. A análise teve como base o conjunto de marcos referenciais estabelecidos para cada um dos componentes da Iniciativa Cerrado a saber:

- a) Componente 1: Conservação da Biodiversidade no Cerrado
- b) Componente 2: Uso Sustentável da Biodiversidade dentro da Paisagem Produtiva.
- c) Componente 3: Desenvolvimento e Fortalecimento de Políticas
- d) Componente 4: Monitoração do Bioma
- e) Componente 5: Coordenação da Iniciativa
- f) Componente 6: Coordenação do Projeto

Dentro da Iniciativa são desenvolvidos simultaneamente quatro projetos coordenados por entidades governamentais distintas, a saber:

- Projeto Políticas para o Cerrado e Monitoramento do Bioma, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e FUNBIO;
- Projeto Cerrado Sustentável Goiás, coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH;
- Projeto Cerrado Sustentável Tocantins, coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins – SEMADES;
- Projeto Proteção da Biodiversidade do Cerrado, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Cada projeto possui as metas estabelecidas na matriz lógica da Iniciativa que é abordada no quadro 1.

<sup>1</sup>O TT é uma ferramenta de avaliação da situação atual in situ e ex situ das unidades de conservação apoiadas pelo Banco Mundial.

**Quadro 1. Componentes da Iniciativa Cerrado Sustentável (ICS)**

<b>Componente 1 - Conservação da Biodiversidade do Cerrado</b>				
<b>Meta Geral</b>	<b>Meta do MMA</b>	<b>Meta do ICMBIO</b>	<b>Meta do Estado do Goiás</b>	<b>Meta do Estado do Tocantins</b>
Mais de 2 milhões de hectares do Bioma Cerrado protegidos através da criação / expansão das áreas protegidas (APs).	Um adicional de 1 milhão de hectares do bioma Cerrado protegido por meio da criação ou expansão de unidades de conservação.	Publicação dos decretos de criação e expansão de 730.000 hectares de áreas protegidas sendo: 680.000 hectares de áreas de proteção integral e 50 mil de uso sustentável.	Pelo menos 80.000 ha de área adicional no Bioma Cerrado protegidos através da criação de UCs de Proteção Integral.	Instrumentos legais preparados e apresentados para aprovação e criação de 250.000 hectares adicionais de APs de proteção integral em áreas prioritárias.
30% das UCs do Cerrado que são foco da Iniciativa com suas medidas de proteção básica estabelecidas, cobrindo cerca de 4,0 milhões de hectares.	Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) detalhado para o Cerrado e sendo implementado no bioma (meta modificada). <sup>2</sup> NOVA META: Apoio a formulação da Lei do Cerrado.	Medidas de proteção em 19 (15 de proteção integral e 4 de uso sustentável) áreas protegidas abrangendo 2,6 milhões de hectares.	No mínimo 50% das medidas básicas de proteção em vigor nas UCs Estaduais de Proteção Integral no Corredor Parana-Pireneus, cobrindo cerca de 1,0 milhão de ha.	Quatro áreas de proteção integral com melhorias na capacidade de gestão por plano de manejo e/ou infraestrutura cobrindo aproximadamente de 290.000 hectares.
<b>Componente 2 - Uso Sustentável dos Recursos Naturais do Cerrado</b>				
<b>Meta Geral</b>	<b>Meta do MMA</b>	<b>Meta do ICMBIO</b>	<b>Meta do Estado do Goiás</b>	<b>Meta do Estado do Tocantins</b>
Documentação e disseminação de 12 iniciativas de conhecimentos tradicionais e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado com alto potencial de replicabilidade em zonas de amortecimento das UCs e 400 produtores treinados na aplicação das melhores práticas.	Quatro iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado documentadas e disseminadas.	Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para a gestão sustentável dos recursos naturais do cerrado com alto potencial de replicabilidade documentadas e divulgadas no entorno de APs.	Mais de 10% das propriedades rurais na área alvo do Projeto (pelo menos 200.000 ha), utilizando mecanismos de proteção da biodiversidade e/ou gestão sustentável através da implementação do Mercado de Reserva Legal, para garantir a manutenção de RLs e APPs para a criação de corredores.	Um plano regional para uso comunitário sustentável do capim dourado desenvolvido, incluindo a definição da distribuição espacial das populações da espécie.
Um adicional de 10% das propriedades rurais nas áreas apoiadas pelo projeto usando, regularmente, algum tipo de manejo sustentável de recurso natural, terras ou gestão agrícola, ou prática de conservação da biodiversidade, cobrindo pelo menos 200.000 ha.	200 produtores treinados na aplicação de melhores práticas	100 produtores treinados na aplicação das melhores práticas para a gestão sustentável. <sup>3</sup>		80 proprietários rurais capacitados na aplicação de pelo menos três práticas de produção de baixo impacto e/ou alternativas ao desmatamento nas áreas alvo do projeto.
15 iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos originados do manejo sustentável da produção rural, totalizando 97.600 ha sob práticas específicas de manejo sustentável.	Duas iniciativas implementadas, totalizando 600 ha cobertos por práticas de manejo sustentável nas áreas de abrangência do projeto.	Cinco iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos de origem rural. Gerenciamento de produção sustentável desenvolvida, totalizando 49.000 hectares cobertos sob a prática de gestão sustentável em áreas alvo do projeto.		8 iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos provenientes de produção rural sustentável das zonas tampão das APs, direcionado a populações afetadas diretamente pela criação das APs, totalizando 48.000 ha cobertos por práticas de manejo sustentável em áreas alvo do projeto.
				Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas atuais para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado documentadas e disseminadas.
				RLs e APPs na zona tampão dos Parques Estaduais do Cantão e do Jalapão regularizadas, reabilitadas com a sua distribuição estratégica definida

				em prol da criação de corredores biológicos.
<b>Componente 3- Políticas públicas e fortalecimento institucional</b>				
<b>Meta Geral</b>	<b>Meta do MMA</b>	<b>Meta do ICMBIO</b>	<b>Meta do Estado do Goiás</b>	<b>Meta do Estado do Tocantins</b>
Elaboração, publicação e implementação de um Plano de Ação do Programa Nacional para a Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado.	Duas instituições selecionadas (DCBio, e CONACER) que trabalham com temas relativos ao uso dos recursos naturais fortalecidas e em funcionamento.		CEMAM, SEMARH e FEMA fortalecidos através de treinamento em processos específicos de gestão ambiental e ferramentas associadas	Aspectos legais, técnicos e operacionais do Sistema de Licenciamento Florestal das Propriedades Rurais revisados e simplificados.
Desenvolvimento de 4 novas políticas públicas relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado	Elaboração do Plano de Ação do "Programa Nacional para a Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado" concluída com ênfase em seções prioritárias e publicado.		Novas políticas públicas (instrumentos legais complementares necessários para a implementação do Mercado de Reserva Legal) desenvolvidos e operantes em Goiás.	Três políticas públicas relacionadas à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Tocantins desenvolvidas.
Desenvolvimento da aplicação de sistemas georreferenciados para monitoramento ambiental e licenciamento de propriedades rurais, e implementação em pelo menos um estado.	Duas novas políticas públicas relacionadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado desenvolvidas			Sistema estadual para monitoramento ambiental, licenciamento e fiscalização de propriedades rurais desenvolvido, com o uso da base de dados Geo-Tocantins.
Fortalecimento de 6 instituições selecionadas trabalhando em questões relacionadas com a utilização dos recursos naturais por meio de treinamento de pessoal nos processos de gestão ambiental específicos e ferramentas associadas	Duas outras iniciativas desenvolvidas dentro do Programa Cerrado Sustentável.	Regras e procedimentos institucionais formais e do ICMBIO estabelecidos.		Três instituições envolvidas em assuntos relativos ao uso dos recursos naturais fortalecidas através de capacitação do quadro de funcionários em processos de gestão ambiental específicos e ferramentas associadas.
Fortalecimento de 3 redes da sociedade civil e/ou organizações para manter seus filiados informados sobre as políticas públicas e para se comunicar e representar as opiniões da sociedade civil e suas aspirações de âmbito nacional.		Cinquenta por cento da equipe técnico das áreas protegidas do Cerrado treinados.	Duas redes da sociedade civil (conselhos consultivos de UCs) fortalecidos através do estabelecimento de regras formais e procedimentos, e capacitação para representar as opiniões da sociedade civil.	Uma Organização da Sociedade Civil fortalecida para manter seus afiliados informados sobre políticas públicas e para comunicar e representar as opiniões e aspirações da sociedade civil no palco nacional.
<b>Componente 4- Monitoramento do Bioma</b>				
<b>Meta Geral</b>	<b>Meta do MMA</b>	<b>Meta do ICMBIO</b>	<b>Meta do Estado do Goiás</b>	<b>Meta do Estado do Tocantins</b>
Informações sobre a cobertura vegetal, biodiversidade e uso da terra do bioma do Cerrado periodicamente atualizado e disponibilizado livremente.	Sistema de monitoramento da cobertura vegetal desenvolvido e operacional	Coordenação, acompanhamento e avaliação técnica, além de atividades de registro e disseminação de informações; gestão financeira, contratos e auditoria os relatórios de execução financeira e as atividades de encerramento financeiro do projeto.	Informação Ambiental do Estado monitorada, periodicamente atualizada e disponível gratuitamente ao público.	Coordenação técnica, monitoramento e avaliação, e atividades de informação executados em tempo e com eficiência.
Todos os projetos da Iniciativa Cerrado Sustentável sendo coordenados, monitorados e avaliados anualmente, com resultados amplamente divulgados.	Banco de dados com informações sobre a cobertura vegetal, biodiversidade e uso da terra do bioma Cerrado atualizada e disponível gratuitamente.			Gestão financeira, aquisição e auditoria, relatórios e atividades financeiras de encerramento do projeto executados de forma satisfatória.
<b>Componente 5- Coordenação da Iniciativa Cerrado Sustentável</b>				
<b>Meta Geral</b>	<b>Meta do MMA</b>	<b>Meta do ICMBIO</b>	<b>Meta do Estado do Goiás</b>	<b>Meta do Estado do Tocantins</b>

Meta Geral	Comitê da Iniciativa implementado e em funcionamento.			
	Todos os projetos da Iniciativa Cerrado Sustentável sendo coordenados, monitorados e avaliados anualmente, com todos os resultados amplamente divulgados.			
	<b>Componente 6- Coordenação do Projeto</b>			
	<b>Meta do MMA</b>	<b>Meta do ICMBIO</b>	<b>Meta do Estado do Goiás</b>	<b>Meta do Estado do Tocantins</b>
	Equipe do DCBio completa e treinada para realizar as atividades de monitoramento e avaliação técnica do projeto, e supervisão das atividades de aquisição.			
Gerenciamento financeiro do projeto e atividades de auditoria e fechamento das atividades financeiras do projeto implementadas eficientemente e efetivamente pela equipe do Funbio.				

2. A meta está estabelecida no PAD e suprimida no MOP do MMA.

3. Esta meta não está explícita no MOP do ICMBIO aprovado em 2011.

## 2. A INICIATIVA CERRADO SUSTENTÁVEL (METAS E OBJETIVOS)

A Iniciativa GEF Cerrado Sustentável, é um projeto negociado com o GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente), por meio do Banco Mundial, para constituir um dos instrumentos do Ministério do Meio Ambiente para a implementação de parte dos objetivos e das diretrizes preconizados pelo Programa Cerrado Sustentável criado pelo Decreto nº 5.577/2005.

O processo de negociação da Iniciativa sucedeu-se ao longo de 2005 a 2006 envolvendo diretamente o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Mundial. Em 2006 foi enviada a nota conceitual pelo MMA e o aceite da proposta pelo Banco Mundial, reservando assim, um aporte do GEF de US\$ 13 milhões, e o aceite do Governo Federal de uma contrapartida de US\$ 26 milhões.

Os acordos de doação para a Iniciativa foram assinados em 2010, com prazo de duração de setembro de 2010 a 1º de dezembro de 2013. Como o projeto deveria durar 4 anos foi realizado em 2013 uma não objeção do Banco Mundial para a prorrogação do acordo até 31 de dezembro de 2014. No entanto, após missão realizada em 27 de novembro de 2014 foi acordado a renovação por mais seis meses do Projeto do MMA até junho de 2015.

A Iniciativa tem meta Global de contribuição para a preservação de mais de 20% do bioma Cerrado, contribuindo assim, para a valorização do Cerrado, por meio da criação de novas políticas ambientais para o bioma, do fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil

envolvidas com a conservação ambiental, da expansão das áreas protegidas e do desenvolvimento de um consistente sistema de monitoração ambiental.

O Projeto do MMA contou com um orçamento total de US\$ 12 milhões ao longo de quatro anos, sendo , US\$ 4 milhões de recursos de doação da Iniciativa Cerrado Sustentável, e os demais US\$ 8 milhões perfazem a contrapartida do governo brasileiro. Os recursos da contrapartida incluem projetos em curso, que estão sendo executados com financiamentos internacionais ou com recursos de agências multilaterais (ex.: BIRD, IDB), desde que esses apoiem estritamente atividades futuras que contribuam diretamente para os resultados deste projeto. O quadro 2 mostra a divisão dos recursos do projeto por fonte de financiamento e o quadro número 3 os valores disponibilizados para cada um dos quatro projetos da iniciativa.

**Quadro 2:** Composição financeira do projeto.

Custo do Projeto por Componente	Contrapartida em Milhões de US\$	GEF em Milhões de US\$	Total em Milhão de US\$	%	Fonte de contrapartida
Componente 1. Conservação da biodiversidade	4,14	0,70	6,47	54,6	PCRBB, TAL Ambiental, BRA 00/21, TFCA
Componente 2. Uso sustentável	1,13	0,20	1,32	11,0	PRBH, TFCA
Componente 3. Desenvolvimento de políticas	0,28	0,93	1,22	12,4	PCRBB, BRA 00/21, TAL Ambiental, TFCA
Componente 4. Monitoramento do bioma	1,79	1,27	1,54	12,8	BRA 08/011, Cerrado-Jalapão, TFCA
Componente 5. Coordenação da Iniciativa	0,38	0,45	0,55	3,8	PCRBB, GF/MMA
Componente 6. Coordenação do Projeto	0,28	0,45	0,90	5,4	GF/MMA
<b>Custos Totais</b>	<b>8,00</b>	<b>4,00</b>	<b>12,00</b>	<b>100</b>	

Legenda: Programa de Conservação e Recuperação de Biomas Brasileiros (PCRBB), Tropical Forest Conservation Act (TFCA), Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PRBH), Projeto Sustentabilidade e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade (BRA 00/21), Projeto Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (BRA 08/011), Projeto de Assistência Técnica para a Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL Ambiental), Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado (Projeto Fogo BMU), Acordo Bilateral TFCA (Tropical Forest Conservation Act).

**Quadro 3:** Distribuição dos recursos por projeto na Iniciativa Cerrado Sustentável.

Projeto	Valor do Acordo de Doação	Data da Assinatura do Acordo de Doação	Data da Efetividade do Acordo de Doação	Data de Encerramento
<b>MMA</b>	\$ 4,0 Milhões	14 de junho de 2010.	10 de setembro de 2010.	31 de junho de 2015
<b>ICMBio</b>	\$ 3,0 Milhões	14 de junho de 2010.	10 de setembro de 2010.	31 de dezembro de 2014
<b>Estado de Goiás</b>	\$ 3,0 Milhões	14 de junho de 2010.	13 de setembro de 2010.	31 de dezembro de 2014
<b>Estado do Tocantins</b>	\$ 3,0 Milhões	14 de junho de 2010.	13 de setembro de 2010.	31 de dezembro de 2014

### 3. RESULTADOS DO PROJETO NO PERÍODO DE 2010-2015

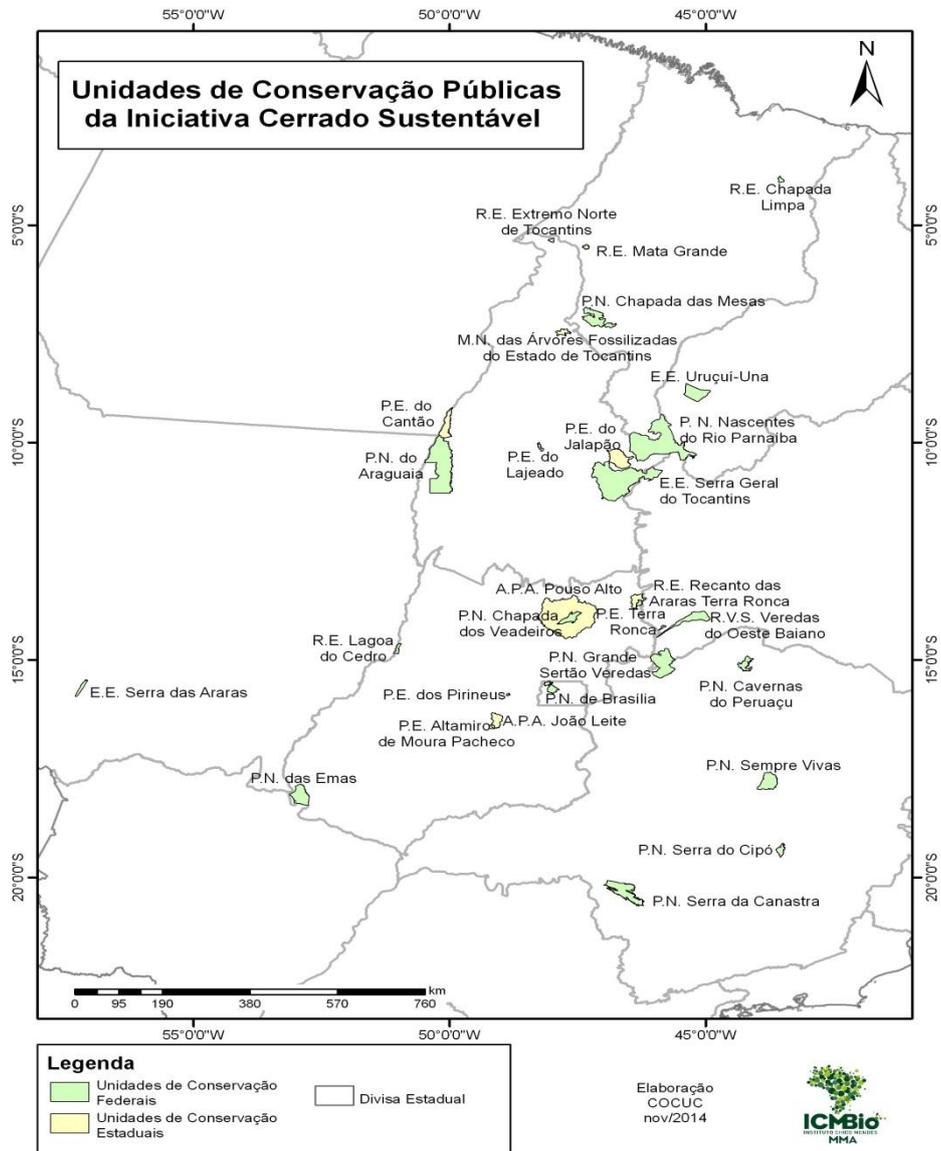
Os resultados serão divididos por componentes observando-se os quatro projetos que se complementam para alcance dos objetivos gerais da Iniciativa Cerrado Sustentável.

Os Projetos da Iniciativa contemplaram 24 unidades de conservação distribuídas entre os diferentes órgãos executores. As unidades pertencem a diferentes categorias de manejo, estando localizadas dentro do Bioma Cerrado abrangendo os estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Maranhão e Bahia. O quadro 4 e o mapa 1 demonstram as unidades apoiadas pela ICS e que serão avaliadas quanto a ferramenta de avaliação da efetividade de gestão ou *Tracking Tools*.

**Quadro 4:** Unidades apoiadas pela ICS.

Nome da Unidades	Tamanho da Área	Ano de Criação	Categoria de UC
PARNA Chapada das Mesas	140.840	2005	Parque Nacional
PARNA Nascentes do Rio Parnaíba	730.168	2002	Parque Nacional
PARNA Chapada dos Veadeiros	64.794	1961	Parque Nacional
PARNA Grande Sertão Veredas	230.848	1989	Parque Nacional
PARNA Cavernas do Peruaçu	56.447	1999	Parque Nacional
PARNA Serra do Cipó	31.638	1984	Parque Nacional
PARNA Serra da Canastra	197.811	1972	Parque Nacional
PARNA Sempre-Vivas	124.153	2002	Parque Nacional
PARNA do Araguaia	555.416	1960	Parque Nacional
EE Serra Geral do Tocantins	712.594	2001	Estação Ecológica
RVS Veredas do Oeste Baiano	128.048	2002	Reserva de Vida Selvagem
RESEX Mata Grande	12.923	1992	Reserva Extrativista
RESEX Extremo Norte do Tocantins	9.124	1992	Reserva Extrativista
RESEX Lago do Cedro	17.404	2006	Reserva Extrativista
RESEX Recanto das Araras de Terra Ronca	11967	2006	Reserva Extrativista
RESEX Chapada Limpa	11.972	2007	Reserva Extrativista
Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	32.152	2000	Monumento Natural
Parque Estadual do Jalapão	158.885,46	2001	Parque Estadual
Parque Estadual do Lageado	9.930,92	2001	Parque Estadua
Parque Estadual de Terra Ronca	57.000	1989	Parque Estadual
Parque Estadual dos Pirineus	2.833,26	1987	Parque Estadual
Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto	872.000,00	2001	Parque Estadual
Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	3.100	1992	Parque Estadual
APA do Ribeirão João Leite	77.200	2002	APA
<b>Total</b>	<b>4.249.249 ha</b>		

Mapa 1: Unidades de conservação apoiadas pela ICS.



## **4. COMPONENTE 1. CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO CERRADO**

---

Este componente visa contribuir para a expansão e consolidação das Unidades de Conservação na região do Cerrado, reforçando o mosaico das Áreas Protegidas (APs) e conservação da biodiversidade.

### **4.1) Meta Global do Componente 1**

- Mais de dois milhões de hectares do bioma Cerrado protegidos através da criação e/ou expansão das áreas protegidas (APs).
- Pelo menos 30% das UCs do Cerrado alvo da Iniciativa Cerrado Sustentável com as suas medidas de proteção básicas no local.

### **4.2) PROJETO: Ministério do Meio Ambiente**

#### **a) Meta Específica para o Componente**

- Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) detalhado para o Cerrado e sendo implementado no bioma.
- 1 (um) milhão de hectares adicionais protegidos por meio da criação e/ou expansão das áreas protegidas no bioma do Cerrado. (Obs: Meta compartilhada com o ICMBio)

#### **b) Avanços**

##### ***b.1) Implementação do PNAP detalhado para o Cerrado.***

- A meta para a construção do PNAP para o Cerrado foi atendida com a publicação em 2010 do PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado) pelo decreto de 15 de setembro de 2010 (Anexo 1) que possui convergência com a Proposta de Criação de um Plano Nacional de Áreas Protegidas. O PPCerrado tem as seguintes diretrizes:

I - integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, visando à regularização ambiental das propriedades rurais, gestão florestal sustentável e combate às queimadas;

II - ordenamento territorial, visando à conservação da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos e uso sustentável dos recursos naturais; e

III - incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, manutenção de áreas nativas e recuperação de áreas degradadas.

- Vale ressaltar que o PPCerrado prioriza as áreas consideradas de maior importância para a biodiversidade e para os recursos hídricos do bioma, notadamente, as unidades de conservação, as terras indígenas e quilombolas e os Municípios com índices elevados de desmatamento.

#### **b.2) Criação e/ou expansão das áreas protegidas no Bioma do Cerrado:**

- A meta de criação e expansão de 1 milhão de hectares de áreas protegidas no bioma Cerrado é compartilhada com ICMBio e não será alcançada devido sobretudo ao ambiente político no período de 2010-2014 não ter sido favorável a criação de novas áreas. Existe uma preocupação do Governo Federal em dirimir todos os problemas fundiários antes das criações de unidades de conservação. Neste sentido, a maior parte dos processos de criação que iniciaram estudos até então, e que se somam cerca de 50 processos só no Cerrado Brasileiro, estão com seus estudos do meio natural (físico e biótico), socioeconômico, cultural e fundiário em andamento, e aqueles que porventura concluírem todas as etapas dos estudos e consultas públicas, aguardarão a oportunidade para criação.
- O ICMBio adota as seguintes etapas de criação: a) fase preparatória: que consiste nos primeiros contatos com a área a ser criada, nesta fase, são diagnosticados os tipos de estudos que serão realizados na fase seguinte, assim como, a constatação se a área possui fitofisionomia para criação da UC; b) fase analítica: que é a fase onde são elaborados os estudos socioeconômicos, ambientais, culturais, fundiários; c) fase consultiva: é a fase de realização das consultas públicas às populações locais e aos órgãos e entidades públicas como: o Incra, a Funai, o MME e Estados); d) fase propositiva: nesta fase todos os estudos já foram concluídos e as consultas públicas realizadas, assim, a Coordenação de Criação de Unidades de Conservação-COCUC do ICMBio envia a proposta de criação consolidada ao MMA que a envia a Casa Civil; e) fase conclusiva: é a fase em que o ICMBio monitorará o processo oferecendo ao MMA informações complementares sobre os processos, caso sejam necessários. A descrição das etapas estabelecidas pelo ICMBIO para criação de Unidades de Conservação Federais encontra-se no site <http://www.icmbio.gov.br/porta/o-que-fazemos/criacao-de-unidades-de-conservacao.html>.

- Houve a criação do:
  - PN Serra da Gandarela criado pelo decreto de 14/10/2014 com 31.284 mil hectares, quatro mil abaixo da proposta original levada a consulta pública, e que exigiu longo processo de negociação (2010-2014) entre o poder público, Governo de Minas Gerais, prefeituras da região, população local e setor da mineração para sua criação. (Anexo 2)
  - RDS Nascentes Geraizeiras com 38.177 hectares, também criada no dia 14 de outubro, e cujo processo de negociação durou 12 anos (2002-2014). (Anexo 3)
- Em 2010 houve a ampliação em 321.025 hectares do Parque Nacional Serra das Confusões (decreto de 30 de dezembro de 2010). (Anexo 4)
- O projeto apoiou entre 2010-2014 a criação de 8.550,53 hectares de RPPNs (tabela 1a e b), além de apoiar a elaboração de manuais para incentivar a criação destas reservas e os estudos para diagnosticar a criação de unidades de conservação no bioma cerrado, incluindo o mapeamento para diagnósticos de áreas para criação de RPPN (ver <http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/05/TdR-n%C2%BA-2011.1125.00001-5.pdf>).
- No total foi realizado um esforço para criação de 2.044.996 hectares que se criados ultrapassariam a meta para este componente.
- Existe somente um estudo de criação totalizando 54.124 hectares, (RVS Médio Tocantins) que possui todos os estudos concluídos esperando a publicação do decreto de criação.

A seguir a tabela 1 demonstra os processos de criação e as unidades ampliadas e criadas no âmbito da Iniciativa.

**Tabela 1a.** Áreas Protegidas criadas, ampliadas e em processo de criação no período de 2010-2015.

Nome da Unidade	Decreto	Estado	Situação	Área em Hectares	Projeto	Etapa
<b>PN Serra da Confusões</b>	DOU de 30.12.2010	PI	Ampliação	321.025	ICMBIO/MMA	Criado
<b>PN Serra Gandarela</b>	DOU de 14.10.2014	MG	Processo de Criação	31.284	ICMBIO/MMA	Criado
<b>RDS Nascentes Geraizeiras</b>	DOU de 14.10.2014	MG	Processo de Criação	38.177	ICMBIO/MMA	Criado
<b>Nascentes do Juruena</b>	sem decreto	MT	Processo de Criação	379.307	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômico e fundiário)
<b>Nascente do Rio Papagaio</b>	sem decreto	MT	Processo de Criação	180.456	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômico e fundiário e ambiental)

PN Nascente do Rio Paraguai	sem decreto	MT	Processo de Criação	94.179	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômico e ambiental)
RDS Retireiros do Médio Araguaia	sem decreto	MT	Processo de Criação	108.258	ICMBIO/MMA	Fase consultiva (todo os estudos concluídos e levados à sociedade para consulta pública)
PN Domo Araguainha	sem decreto	MT	Processo de Criação	37.726	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômico e ambiental e fundiário)
PN Serra da Natividade	sem decreto	TO	Processo de Criação	297.505	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômico e ambiental e fundiário)
PN São Domingos/Matas Secas	sem decreto	TO	Processo de Criação	74.846	ICMBIO/MMA	(Foram realizados estudos socioeconômico e ambiental)
Aurora (mesma proposta do PN Matas Secas)	sem decreto	TO	Processo de Criação	74.824	ICMBIO/MMA	(Foram realizados estudos socioeconômico e ambiental)
RVS Médio Tocantins	sem decreto	TO	Processo de Criação	54.124	ICMBIO/MMA	Fase propositiva (Todos os estudos concluído e consultas realizadas, a COCUC - Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio enviou a proposta consolidada ao MMA)
ESEC Jerumenha	sem decreto	PI	Processo de Criação	315.493	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômico)
PN Uruçuí (M.N Escarpas do Gurguéia)	sem decreto	PI	Processo de Criação	139.849	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômicos e ambiental, cultural e fundiário)
PN Chapada dos Veadeiros	Sem decreto	GO	Ampliação	200.000	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômicos e fundiários)
PARNA (trata-se da R.B. São Domingos)	sem decreto	GO	Processo de Criação	15.275	ICMBIO/MMA	Fase analítica (foram realizados estudos socioeconômicos e ambiental e fundiário)
RESEX Córrego-Tamadua-Poções	sem decreto	MG	Processo de Criação	43.874	ICMBIO/MMA	Fase analítica (estudos socioeconômicos realizados)
REBIO (trata-se da ampliação do P.N. Serra do Cipó)	sem decreto	MG	Ampliação	29.280	ICMBIO/MMA	Fase preparatória (análise tecnicamente da proposta para posteriormente se iniciar os estudos)
Parque Estadual do Rio Preto	sem decreto	MG	Ampliação	18.000	MMA/IEF	Diagnóstico socioambiental, diagnóstico fundiário realizado.
Parque Estadual Serra do Intendente	sem decreto	MG	Ampliação	40.000	MMA/IEF	Diagnóstico Socioeconômico e Fundiário.
<b>Total da área com estudos que subsidiam a criação entre 2010-2014</b>						<b>2.435.482</b>
<b>Área proposta para criação (em outubro/2014) ICMBio</b>						<b>2.044.996</b>
<b>Área proposta para criação (em outubro/2014) MMA/IEF</b>						<b>2.102.996</b>
<b>Área criada em hectares (com as RPPNS)</b>						<b>399.037</b>
<b>Áreas dos processos finalizados no ICMBio e enviados ao MMA</b>						<b>54.124</b>

Fonte: ICMBIO/2014

**Tabela 1b.** RPPNs criadas durante o período de execução do projeto (2010-2015).

RPPN	Ano de Criação	UF	Estágio	Hectares	Portaria
RPPN Catedral do Jalapão	2010	TO	Criado	325,65	58
RPPN Inhotim	2010	MG	Criado	145,37	41
RPPN Mata dos Jacus - Resgate VI	2010	MG	Criado	20,09	32

RPPN Vale das Arapongas - Resgate II	2010	MG	Criado	38,97	36
RPPN Bosque dos Samambaias	2010	MG	Criado	20,56	35
RPPN Sonhada	2010	TO	Criado	930,97	44
RPPN Vale das Copabeiras	2010	DF	Criado	3,88	51
RPPN Veredas do Pratudinho	2011	BA	Criado	2.236,84	08
RPPN Pau Terra	2011	GO	Criado	6,33	100
RPPN Nascentes do Rio Tocantins	2011	GO	Criado	270,09	98
RPPN Bico Dos Javaés	2011	TO	Criado	2.760,72	99
RPPN Nascentes do Rio Araguaia	2012	GO	Criado	725,51	07
RPPN Aurora Natura	2012	TO	Criado	15,09	108
RPPN Aves Gerais	2012	MG	Criado	1,85	35
RPPN Prata	2013	MA	Criado	90,83	215
RPPN Parque Botânico Dos Kaiapos	2013	GO	Criado	80,37	219
RPPN Ponte da Pedra	2013	GO	Criado	112,75	248
RPPN Integra O Parque	2013	GO	Criado	310,89	250
RPPN São Bartolomeu	2013	GO	Criado	72,90	249
RPPN Maria Batista	2013	GO	Criado	47,70	251
RPPN Catingueiro	2013	GO	Criado	60,00	256
RPPN Brumadinho	2014	BA	Criado	12,08	19
RPPN Natura Mater	2014	BA	Criado	41,57	24
RPPN Natura Cerrada	2014	BA	Criado	91,07	22
RPPN Volta do Rio	2014	BA	Criado	103,14	37
RPPN Santuário das Pedras	2014	GO	Criado	25,61	50

Total criado: **8.550,83 ha**

### **c) Metas Alcançadas**

- Meta alcançada com a publicação em 2010 do PPCerrado que envolve: a) Controle e Monitoramento; b) Áreas protegidas e ordenamento territorial, c) Fomento às atividades sustentáveis. (anexo1)
- Meta de criação não alcançada, sendo criados efetivamente 399.036 hectares, equivalente a 39.90% da meta de um milhão de hectares em áreas protegidas (anexo 2, 3 e 4).

- Se considerarmos os esforços para criação das unidades de conservação a meta seria alcançada e superada, com a proposição de mais de 2.102.96 hectares de novas unidades de conservação no Bioma Cerrado, considerando os dois estudos para ampliação dos Parques Estaduais da Serra do Intendente (anexo 5A) e do Rio Preto (anexo 5B) que foram apoiados pela iniciativa em parceria o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

### 4.3) PROJETO: ICMBIO

#### a) Meta Específica para o Componente

- Publicação dos decretos de criação e expansão de 730.000 hectares de áreas protegidas sendo: 680.000 hectares de áreas de proteção integral e 50 mil de uso sustentável. (Obs: Meta a ser contabilizada conjuntamente com o MMA)
- Medidas de proteção em 19 áreas protegidas<sup>2</sup> abrangendo 2,6 milhões de hectares.

<sup>2</sup>a meta será avaliada pela aplicação do Tracking Tools, conferindo os seguintes indicativos: (i) limites físicos da AP definidos, demarcados e amplamente divulgados; (ii) infraestrutura básica (casas de guarda, etc.) implementada; (iii) equipamento básico (administrativos, comunicações, patrulhamento, incêndios, etc.) instalados; (iv), pelo menos, três empregados em tempo integral atribuídos para a AP; (v) campanhas de conscientização visando à população afetada pela implementação da AP; (vi) Processo para criar Conselho de Gestão da AP iniciado; e (vii) o Plano de Gestão para a AP e suas zonas de segurança em fase de preparação.

#### b) Avanços

##### b.1) Criação e expansão de áreas protegidas:

- O ICMBIO e o MMA direcionaram esforços para conduzir estudos em áreas para criação e expansão de 18 propostas (3 ampliações e 15 criações de novas unidades) do total de 50 existentes para o Bioma, o que totalizam 2.044.996 hectares em estudos (tabela 1a). Cabe ressaltar que os estudos estão em diferentes fases de realização.
- Foi proposta a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO considerada Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO com proposta inicial de aproximadamente 200 mil hectares, o que sozinha representaria um terço das metas de criação. Foram finalizados os estudos técnicos do meio natural, socioeconômico e fundiário (GEF-MMA) e várias reuniões com atores sociais locais visando à participação social no processo de ampliação da UC (GEF-ICMBIO), no entanto, por divergências com as prefeituras locais sobre a área a ser ampliada, o processo ainda não foi encaminhado para a casa civil.

## **b.2) Proteção de 19 unidades abrangendo 2.6 milhões de hectares.**

- Das 47 unidades federais existentes no Bioma Cerrado ([icmbio.gov.br](http://icmbio.gov.br)), dez são Áreas de Proteção Ambiental (APA), três Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie), cinco Estações Ecológicas (Esec), seis Florestas Nacionais (Flona), 15 Parque Nacionais (Parna), um Refúgio de Vida Silvestre (Revis), uma Reserva Biológica (Rebio) e seis Reservas Extrativistas (Resex), 132 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) – totalizando uma área de mais de 6 milhões de hectares do total de 203.938.689 ha do bioma, representando 3,2% do bioma protegido em UCs federais. Deste total, 22 já possuem conselho formado e atuante, operações frequentes de combate a incêndios florestais, 12 com plano de proteção e 21 unidades com bases operacionais dentro da unidade (<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/4970-icmbio-protege-6-milhoes-de-hectares-de-cerrado.html>).

A seguir a tabela 2 demonstra as unidades abrangidas pelo projeto, assim como a situação atual em relação aos referenciais para alcance da proteção básica.

**Tabela 2:** Unidades abrangidas pela Iniciativa Cerrado Sustentável no ICMBIO, demonstrando os requisitos para alcance de metas.

	<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Conselho Gestor</b>	<b>Possui brigada 2013</b>
1	E.E. Serra Geral do Tocantins	Constituído em 2012, Portaria nº 45/12	SIM
2	E.E Serra das Araras	Constituído em 2014, Portaria nº 330/14	NÃO
3	E.E de Uruçuí-Uma	Não instituído	SIM
4	P.N. Cavernas do Peruaçu	Constituído em 2004, Portaria nº 96/04	SIM
5	P.N. Chapada das Mesas	Constituído em 2012, Portaria nº 100/02	SIM
6	P.N. da Serra da Canastra	Constituído em 2004, Portaria nº 40/04	SIM
7	P.N. da Serra do Cipó	Constituído em 2004, Portaria nº 93/04	SIM
8	P.N. das Sempre Vivas	Constituído em 2009, Portaria nº 62/09	SIM
9	P.N. do Araguaia	Constituído em 2011, Portaria nº 103/11	SIM
10	P.N. Grande Sertão Veredas	Constituído em 2004, Portaria nº 92/04	SIM
11	P.N. Nascentes do Rio Parnaíba	Falta Publicação no DOU	SIM
12	P.N. Chapada dos Veadeiros	Constituído em 2001, Portaria nº 82/01	SIM
13	P.N das Emas	Constituído em 2002, Portaria nº 151/02	SIM
14	RESEX Chapada Limpa	Constituído em 2011, Portaria nº 29/11	NÃO
15	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	Constituído em 2011, Portaria nº 34/11	NÃO
16	RESEX Lago do Cedro	Constituído em 2012, Portaria nº 02/11	SIM
17	RESEX Mata Grande	Constituído em 2012, Portaria nº 81/12	NÃO
18	RESEX Recanto das Araras da Terra Ronca	Constituído em 2012, Portaria nº 112/12	NÃO
19	RVS Veredas do Oeste Baiano	Não Instituído	SIM
20	Parque Nacional de Brasília	Portaria Renovada em 2014, Portaria nº 106/14	SIM

- Adicionalmente, foi elaborado o roteiro para criação de RPPN, bem como para a utilização do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN): Módulo Criação.
- O SIMRPPN foi desenvolvido para atuar como instrumento tecnológico para a criação, gestão e monitoria das RPPNs reconhecidas pelos órgãos federais, constituindo-se uma importante ferramenta de apoio à gestão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, tanto para o Poder Público como para o proprietário. Agora o proprietário faz o requerimento de criação de RPPNs *on line*, e todos os processos são acompanhados via web em todas as etapas desde a execução das rotinas administrativas e técnicas para a criação da RPPN, desde o cadastramento pelo representante legal, passando pela análise da documentação, vistoria técnica, consulta pública, análise jurídica, averbação e publicação da portaria.
- Foi desenvolvido o PAN – Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas, que é um conjunto estratégico de medidas de proteção implementadas em 16 unidades de conservação do cerrado que identificam e orientam as ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais e assim protegê-los.

Para o Bioma cerrado foram executados e estão sendo monitorados 18 projetos com ações para a conservação das seguintes espécies e ecossistemas ameaçados de extinção:

- 1) Morceguinho-do-cerrado (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/838-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-do-morceguinho-do-cerrado.html>);
- 2) Herpetofauna da Serra do Espinhaço (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2465-pan-da-herpetofauna-da-serra-do-espinhaco.html>);
- 3) Sempre-Vivas (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2050-plano-de-acao-para-conservacao-das-sempre-vivas.html>);
- 4) Onça-Parda (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2466-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-da-onca-parda.html>);
- 5) Peixes rivulídeos ameaçados de extinção (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2833-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-dos-rivulideos.html>);

- 6) Cachorro Vinagre (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2834-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-do-cachorro-vinagre.html>);
- 7) Aves do cerrado e pantanal (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/planos-de-acao/3618-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-das-aves-do-cerrado-e-pantanal.html>);
- 8) Tatu-Bola (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/planos-de-acao/4808-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-do-tatu-bola.html>);
- 9) Peixes ameaçadas do Rio São Francisco (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/planos-de-acao/3619-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-de-especies-ameacadas-de-peixes-do-rio-sao-francisco.html>);
- 10) Pato Mergulhão (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2732-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-do-pato-mergulhao.html>);
- 11) Aves de Rapina (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2734-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-das-aves-de-rapina.html>);
- 12) Lepidópteros (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/371-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-de-lepidopteros.html>);
- 13) Onças-Pintadas (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/1344-plano-de-acao-para-conservacao-da-onca-pintada.html>);
- 14) Cervídeos (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/860-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-dos-cervideos.html>);
- 15) Cactáceas (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/148-pan-cactaceas.html>);
- 16) Cavernas do São Francisco (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/870-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-das-cavernas-do-sao-francisco.html>);
- 17) Lobo- Guará (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/2120-plano-de-acao-para-conservacao-do-lobo-guara.html>);

18) Ecossistemas do Mogi, Pardo e Grande (<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/plano-de-acao/1345-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-do-mogi-pardo-e-grande.html>).

- O anexo 6 demonstrará alguns resultados da iniciativa em unidades de conservação do Cerrado.

### **c) Metas Alcançadas**

- Meta de criação não alcançada, tendo sido sendo criados efetivamente 399.036 hectares, onde 38.177 hectares são de unidades de conservação de uso sustentável e 352.309 hectares de unidades de proteção integral. Foram alcançados 53,5% da meta de 730.000 hectares. (anexos 2, 3 e 4)
- Os esforços de criação foram de 2.044.996 de hectares, descontando os hectares das unidades criadas entre 2010 e 2014.
- No que tange a proteção de 19 unidades abrangendo 2.6 milhões de hectares a meta foi atendida uma vez que a totalidade das unidades no cerrado recebem ações de fiscalização de ilícitos e monitoramento de queimadas, além disso, 65% da UCs do Bioma possuem conselhos consultivos e deliberativos em operação. (anexo 6, tabela 2, Anexo TT1)

## **4.4) PROJETO: GOIÁS**

### **a) Meta Específica para o Componente**

- Pelo menos 80.000 hectares de área adicional no Bioma Cerrado protegidos através da criação de UCs de Proteção Integral.
- No mínimo 50% das medidas básicas<sup>2</sup> de proteção em vigor nas UCs Estaduais de Proteção Integral no Corredor Paranã- Pireneus, cobrindo cerca de 1,0 milhão de ha.

<sup>2</sup>. Consideram-se medidas básicas de Proteção a Avaliação do Tracking Tools, conferindo os seguintes indicativos: (i) limites físicos da AP definidos, demarcados e amplamente divulgados; (ii) infraestrutura básica (casas de guarda, etc.) implementada; (iii) equipamento básico (administrativos, comunicações, patrulhamento, incêndios, etc.) instalados; (iv), pelo menos, três empregados em tempo integral atribuídos para a AP; (v) campanhas de conscientização visando à população afetada pela implementação da AP; (vi) Processo para criar Conselho de Gestão da AP iniciado; e (vii) o Plano de Gestão para a AP e suas zonas de segurança em fase de preparação.

## b) Avanços

### b.1) Pelo menos 80.000 hectares de área adicional no Bioma Cerrado protegidos através da criação de UCs de Proteção Integral.

- O Governo do Estado de Goiás contratou em 2012, mediante licitação a Fundação Pró-Natureza (Funatura) com o objetivo de realizar o projeto “Criação de Unidades de Conservação no Estado de Goiás” através da análise dos dados dos componentes de biodiversidade, geodiversidade e socioeconomia com apoio de imagens de satélite e Sistemas de Informação Geográfica. Inicialmente foram avaliados 15 polígonos, indicados pela Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado (Semarh-GO), os mesmos foram selecionados obedecendo os critérios explicitados no documento “Pré-seleção de áreas potenciais para criação de unidades de conservação no Estado de Goiás”, produzido pela Gerência de Áreas Protegidas da Semarh-GO. Após avaliação dos 15 polígonos foram selecionados cinco prioritários para criação de unidades de conservação totalizando um esforço de criação de unidades de proteção integral de 242.553,86 hectares conforme tabela abaixo.

**Tabela 3.** Proposta de Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Parque Estadual Proposto	Área total PE (ha)	Municípios	Atributos Avaliados			
			Meio Físico	Meio Biótico	Socioeconômica	Outros
Campos Rupestres Goianos	39.454,74	Niquelândia	Beleza Cênica; Corredeiras e pequenas poças d'água.	Espécies raras, endêmicas e ameaçadas dos campos rupestres e de matas encaixadas. Peixes ameaçados de cabeceiras. Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade do Cerrado, com recomendação de criação de UC (MMA 2007)	Ecoturismo; Turismo de aventura; Turismo religioso - estrada de romaria a Muquém (Nsa. Sra. da Abadia)	
		Mimoso de Goiás				
Rio São Félix	29.351,80	Cavalcante	Beleza Cênica.	Veredas, campos rupestres e matas encaixadas. Espécies raras, endêmicas e ameaçadas. Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade do Cerrado, com recomendação de criação de UC (MMA 2007)	Ecoturismo; Turismo de aventura; Turismo histórico da garimpagem do ouro no rio São Félix (disputas do século XVIII entre bandeirantes de origem maranhense e paulistas).	Possível zona núcleo para a Reserva da Biosfera Goyáz; Conecta-se diretamente com a Reserva Natural Serra do Tombador da Fundação Boticário.

São Bartolomeu	60.117,63	Alto Paraíso de Goiás	Beleza Cênica; Mirante natural do vale do rio Macacão e do vão do Paraná; Pico do Pouso Alto (ponto culminante do estado e do Centro-Oeste).	Campos rupestres e cerrado de altitude. Espécies raras, endêmicas e ameaçadas. Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade do Cerrado (MMA 2007)	Ecoturismo; Turismo de aventura.	Possível zona núcleo para a Reserva da Biosfera Goyáz; Conectado ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Patrimônio Natural da Humanidade; Conecta-se diretamente com a RPPN Cara Preta.
		Cavalcante				
		Nova Roma				
Serra da Prata	45.936,86	Monte Alegre de Goiás	Beleza Cênica; Cachoeiras; Cânion do rio Paraná; Cavernas, furnas e locas; Aquíferos cársticos com ressurgências e sumidouros. Mirante natural do vão do Paraná.	Espécies raras, endêmicas e ameaçadas das matas decíduais dos afloramentos calcários e de peixes ameaçados. Espécies das formações campestres não detectadas em outras UCs do estado; Próximo da Floresta Nacional Mata Grande, podendo se conectar a ela através de corredor ecológico. Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade do Cerrado (MMA 2007)	Ecoturismo; Turismo de aventura.	Possível zona núcleo para a Reserva da Biosfera Goyáz. Expansão da representatividade e de peixes ameaçados, das matas decíduais e formações campestres no SEUC e SNUC (Convenção da Biodiversidade);
Vão do Paraná	67.692,83	Alvorada do Norte	Beleza Cênica; Crista de calcáreo longa e estreita forma paisagem única; Sistema lagunar com diversas origens e alimentação; Terraços preservando depósitos arenosos, relitos da antiga planície do rio Paraná;	Espécies raras, endêmicas e ameaçadas das matas decíduais dos afloramentos calcários; Concentrações espetaculares de aves aquáticas para a alimentação e nidificação; Local de passagem e invernada de aves com reprodução no Ártico canadense. Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade do Cerrado, com recomendação de criação de UC (MMA 2007)	Ecoturismo; Turismo de aventura; Pesca esportiva.	Possível zona núcleo para a Reserva da Biosfera Goyáz. Expansão da representatividade e das matas decíduais no SEUC e SNUC (Convenção da Biodiversidade). Potencialmente elegível para a Convenção de Ramsar de ambientes aquáticos de importância internacional.
		Flores de Goiás				
		Iaciara				
<b>Total</b>	<b>242.553,86</b>					

Fonte: (Semarh-GO)

- Após a realização das consultas públicas nas cinco áreas selecionadas foi definido a continuidade das propostas de criação de três parques: Parque Estadual São Bartolomeu (processo 201400017000459/7205-2014), Rio São Félix (processo 201400017000460/7207-2014) e Serra da Prata (processo 201400017000458/7206-2014) totalizando 117 mil hectares (Anexo 6A). Após os trâmites Internos para elaborações de minutas, justificativas e pareceres

os documentos foram encaminhados a Procuradoria Geral do Estado-PGE, que emitiu parecer condicionando a criação das unidades à confirmação da SEMARH de que terá condições de arcar com os custos de desapropriação e indenização das terras. Atualmente o processo se encontra na Gerência de Áreas Protegidas para esclarecimentos e justificativas e não se tem perspectiva da criação destas unidades ainda em 2015.

- Foi criado o Parque Estadual do João Leite – PEJoL, pela lei nº 18.462, de 09 de maio 2014 com 2.832,276 hectares. (Anexo 6B)

**b.2) No mínimo 50% das medidas básicas de proteção em vigor nas UCs Estaduais de Proteção Integral no Corredor Paranã- Pireneus, cobrindo cerca de 1,0 milhão de ha.**

- Foram realizadas ações pontuais de fiscalização nos períodos de (2010-2013) para as unidades de conservação que fazem parte do corredor. Devido à falta de pessoal, as ações foram realizadas por meio de demanda e não de forma periódica, sendo as ações realizadas de forma conjunta com o IBAMA e ICMbio.
- Em 2014 a Secretaria por meio da Portaria SEMARH nº 006/2014 designou 12 servidores lotados no GAP (Gerencia de Áreas Protegidas) para o desempenho exclusivo de Fiscalização / Inspeção Ambiental nas Unidades de Conservação de Goiás. (Anexo 7A e 7B)
- Houve o lançamento de um edital para contratação do cercamento do PE Pirineus e cujo pregão foi marcado para dia 26 de setembro de 2014 e que não prosperou devido problemas internos com a procuradoria do Estado que inviabilizou o tramite.
- Foram desenvolvidos esforços para a contratação do Plano de Manejo Espeológico do PE Terra Ronca, no entanto, devido incompatibilidades entre a legislação de licitação da Advocacia Setorial da SEMARH e do Banco Mundial o processo teve que ser cancelado.
- Foram adquiridos equipamentos materiais de uso permanente e de segurança para auxiliar no processo de fiscalização e gestão da unidade.
- A aplicação do *Tracking Tools* evidenciou um incremento nos indicadores de proteção das unidades de conservação, não havendo retrocesso em nenhum dos indicadores avaliados, mas somente avanços, com destaque para o indicador de formação dos conselhos onde todos as unidades formaram seus conselhos estando os mesmos ativos e participativos. (anexo TT).

#### **b.4) Metas Alcançadas**

- A meta de 80.000 hectares de áreas de UC's criadas não foi alcançada, no entanto, houve esforços de criação dos Parque Estadual São Bartolomeu, Rio São Félix e Serra da Prata totalizando 117 mil hectares. (anexo 6A)
- Foi criado o Parque Estadual do João Leite – PEJoL, pela lei nº 18.462, de 09 de maio 2014) com 2.832,276 hectares. (anexo 6B)
- A meta de no mínimo 50% das medidas básicas de proteção nas UCs Estaduais de Proteção Integral no Corredor Paranã- Pireneus, foi alcançada sendo demonstrada na avaliação do *Tracking Tools* 2014. (anexo 7A, 7B e TT)

#### **4.5) PROJETO: TOCANTINS**

##### **a) Meta Específica para o Componente**

- Instrumentos legais preparados e apresentados para aprovação e criação de 250.000 hectares adicionais de APs de proteção integral em áreas prioritárias.
- Quatro áreas de proteção integral com melhorias na capacidade de gestão por plano de manejo e/ou infraestrutura cobrindo aproximadamente de 290.000 hectares.

##### **b) Avanços**

##### **b1. Instrumentos legais preparados e apresentados para aprovação e criação de 250.000 hectares adicionais de APs de proteção integral em áreas prioritárias.**

- O Estado direcionou esforços para a criação de três unidades: PE Águas do Paranã (com cerca de 85.000 hectares); Monumento Natural da Serra da Cangalha (17.000 hectares); e Vale do Rio Palmeiras (21.000 hectares).
- Em 2012 foi realizado estudo conjunto com o Ministério do Meio Ambiente para a avaliação da criação da Unidade Vale do Rio Corda (30.600 hectares), que por estar no âmbito do Programa ARPA, saiu da ICS, totalizando assim, esforço de criação de 149 mil hectares em estudos de criação.
- Todos os estudos para criação foram concluídos para as áreas Serra da Cangalha e PE Águas do Paranã (interflúvio). O estudo que tem maior viabilidade de criação é o Parque Serra da Cangalha de 17 mil hectares e que já foi enviado para a Casa Civil.

**b.2. Quatro áreas de proteção integral com melhorias na capacidade de gestão por plano de manejo e/ou infraestrutura cobrindo aproximadamente de 290.000 hectares.**

- Capacitação continuada com nivelamento técnico dos gestores das unidades de conservação. (anexo 8)
- Os estudos para diagnóstico da situação fundiária das unidades de conservação do estado estão em fase final, estando os últimos produtos em avaliação pela equipe técnica da SEMADES.
- Houve a criação do Sistema Informatizado de Gestão de Unidades de Conservação- GESTO que será a ferramenta de acompanhamento da gestão de todas as áreas protegidas do Tocantins. (anexo 10)
- Construção da Sede do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas (MONAF), que será inaugurada em junho de 2015 ver (<http://conexaoto.com.br/2015/04/08/sede-administrativa-do-monumento-natural-das-rvores-fossilizadas-sera-inaugurado-em-junho>). (anexo 11)
- Aquisição de veículos adaptados Marruá para combate a incêndios florestas – PEJ e MONAF.
- A SEMADES aplicou em 2013 a ferramenta de avaliação da efetividade de gestão o *Tracking Tool* desenvolvida pelo Banco Mundial, onde evidenciou-se um significativo avanço na gestão das unidades do Tocantins com pontuação na média de 40%, estágio intermediário de implementação. (anexo TT)

**b.3) Metas Alcançadas**

- As metas para criação de unidades de conservação não foi alcançada, devido, sobretudo instabilidade que a Secretaria enfrentou com a troca de governo por duas vezes durante a legislatura (até 2014), havendo demissão em massa de servidores contratados o que ocasionou descontinuidade dos serviços.
- A capacidade de gestão das unidades no âmbito da SEMADES foram alcançados cobrindo a área de 290.000 hectares, com a criação do Gesto. (anexo 8)
- Esforço de criação de 149 mil hectares de unidades de conservação. (anexo 9A e 9B)
- Foi enviada a minuta de criação do Monumento Natural Estadual Serra da Cangalha, com 17 mil hectares à Casa Civil. (9B)

- Melhoramento da capacidade de gestão com a criação do Sistema Informatizado de Gestão de Unidades de Conservação-GESTO que será a ferramenta de acompanhamento da gestão de todas as áreas protegidas do Tocantins. (anexo 10)
- Foi construída a sede do MONAF. (anexo 11)

## **5. COMPONENTE 2. USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS DO CERRADO**

---

O componente visa promover a gestão da paisagem produtiva rural, incluindo a adoção de práticas agrícolas sustentáveis por médios e grandes agricultores e o uso sustentável de espécies nativas pelos pequenos agricultores e comunidades locais, a fim de melhorar a utilização dos recursos disponíveis e a conservação da biodiversidade ao reduzir os impactos ambientais.

### **5.1) Meta Global do Componente**

- 12 iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para a gestão sustentável dos recursos naturais do Cerrado com alto potencial de replicabilidade documentadas e divulgadas em zonas de amortecimento de área protegidas.
- Pelo menos 400 produtores treinados na aplicação das melhores práticas.
- Mais de 10% das propriedades rurais na área alvo do projeto (pelo menos 200 mil hectares) aplicando a proteção da biodiversidade.
- 15 iniciativas para agregar valor e aumentar a comercialização de produtos nativos de origem rural geridas de forma sustentável com aumento de produção, totalizando 97.600 hectares de área coberta pelas práticas de gestão sustentável.

### **5.2) PROJETO: MMA**

#### ***a) Meta Específica para o Componente***

- Quatro iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado documentadas e disseminadas.
- Duas iniciativas implementadas, totalizando 600 ha cobertos por práticas de manejo sustentável nas áreas de abrangência do projeto.
- 200 produtores treinados na aplicação de melhores práticas.

#### ***b) Avanços***

**b.1. Quatro iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado documentadas e disseminadas.**

- Entre 2008-2011, o Ministério do Meio Ambiente implantou dois Centros de Irradiação do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), com o objetivo de estimular atividades nas áreas agrobiodiversidade e agricultura familiar em áreas de assentamento da Reforma Agrárias. Estes centros foram financiados inicialmente pela Iniciativa por meio da contrapartida do Governo (PPA 2008-2011), no entanto, com a criação do Programa Nacional Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, também chamado Programa Nacional de Agrobiodiversidade (PNA), os onze CIMAs que haviam sido instalados antes da criação do PNA deixaram de receber recursos do Ministério do Meio ambiente, devido, sobretudo, a avaliação de que as ações realizadas já eram implantadas por outros ministérios, existindo assim, sobreposição de ações. Ver (<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Relato-Oficina-ANA-Sementes-BSB-set20121.pdf>).
- Assim, os CIMAs no âmbito da ICS foram substituídos pelo apoio aos CRADs (Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas), por essa iniciativa se enquadrar como atividade típica para este componente conforme estabelecido no PAD no item: *Componente e Atividades com Suporte da ICS*. Por sua vez, esta iniciativa se enquadra nas seguintes atividades típicas a saber:
  - Identificação e implementação de atividade de extensão rural e criação de capacidades para promover a adoção de melhores práticas por produtores.
  - Implementação de infraestrutura da comunidade para a produção rural, tal como áreas de criação de viveiros, fazendas demonstrativas e fóruns de discussão.
  - Desenvolvimento de técnicas para reabilitar áreas degradadas para a produção sustentável para reduzir a pressão sobre a conversão de novas áreas do Cerrado.
- Os CRADs foram criados a partir de 2006 pelo MMA no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco com objetivo de incentivar a recuperação de áreas, buscando estimular proprietários rurais à proteção e recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL). Por intermédio do Departamento de Florestas (DFLOR) da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF) e do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB), e o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia

Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) foram criados sete CRADs, todos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (<http://www.mma.gov.br/biomas/item/8705-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1reas-degradadas>).

- Atualmente o Centro de Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD-UNB) da Universidade de Brasília, tornou-se uma estrutura acadêmica, de natureza específica e, portanto, submetida ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB. Na esfera do CRAD-UNB, seis iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais foram realizadas nos municípios de: Unaí- MG, Barreiras-BA, Correntina-BA, Paracatu (MG), Arinos (MG) e Bom Jesus da Lapa (BA). (anexo 12)
- Com os trabalhos desenvolvidos nos Centros foram elaboradas e impressas publicações, entre os quais citamos: 1) Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco – treinamento e sensibilização (<http://www.crad.unb.br>); 2) Bases para a Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco e Conservação de Áreas de Preservação Permanente do Cerrado – Caracterização (<http://www.crad.unb.br>); 3) Educação Ambiental e Manejo (<http://www.crad.unb.br>); 4) Agricultores que cultivam árvores no Cerrado (<https://www.embrapa.br>); 5) Semeando o Cerrado ([http://www.rsc.org.br/semeando/wp-content/themes/SemeandoBioma/referencias/publica\\_cartilha\\_c/6-viveiros-florestais.pdf](http://www.rsc.org.br/semeando/wp-content/themes/SemeandoBioma/referencias/publica_cartilha_c/6-viveiros-florestais.pdf)); 6) Frutos e Sementes do Cerrado Atrativos para a Fauna (<http://plantsfungiandmore2014.blogspot.com.br/2014/08/serie-publicacoes-uteis-sobre-botanica.html>).

#### **b.2. Duas iniciativas implementadas, totalizando 600 ha cobertos por práticas de manejo sustentável nas áreas de abrangência do projeto.**

- Para quantificar o andamento dos trabalhos do CRAD/UnB e a verificação dos alcances dos objetivos para o componente, o MMA contratou em 2013-2014 consultoria para realizar o diagnóstico, organização do acervo e divulgação de iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado. (anexo 12)
- Foram estudadas 6 iniciativas nos municípios polos de Unaí- MG, Barreiras-BA, Correntina-BA, Paracatu (MG), Arinos (MG) e Bom Jesus da Lapa (BA), destas, 3 (três), as de Paracatu e Arinos em MG e Bom Jesus da Lapa na Bahia foram implementadas

totalizando mais de 800 hectares cobertos por práticas de manejo sustentável do projeto. (anexo 12)

- No CRAD de Paracatu um dos mais exitosos, 28 áreas foram submetidas à recomposição da cobertura vegetal. Todas as áreas selecionadas apresentavam algum passivo ambiental e houve a participação do proprietário que, em contrapartida à ação de recuperação, oferecia os recursos disponíveis na propriedade, tais como mão-de-obra, material para cercamento da propriedade, formicida, manutenção do plantio. Foi utilizado os Modelos Demonstrativos de Recuperação – MDR, no qual a prioridade é a utilização de espécies nativas do bioma e de uso múltiplo e o consórcio para cobertura do solo e adensamento do sub-bosque com a utilização de espécies de leguminosas ou outras nativas, ou de interesse agroflorestal.
- O Projeto CRAD/UnB estabeleceu parceria com o Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais por meio de um Termo de Cooperação Técnica. O contrato firmado foi fundamental para as fases posteriores do projeto como a orientação técnica durante o plantio e o monitoramento.
- Como resultado da avaliação dos CRADs verificou-se que o sucesso na recuperação de áreas degradadas está inerente a liberação dos recursos de forma continuada e em tempo hábil. Além disso, umas das experiências adquiridas com os técnicos envolvidos no CRADs é que sem a cobrança do compromisso e da responsabilidade dos proprietários rurais em relação à compensação do passivo ambiental a atividade não andar.

### **b.3. 200 produtores treinados na aplicação de melhores práticas**

- A realização dos cursos de capacitação ocorreu a partir de uma parceria CRAD/UnB/MMA junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), celebrada em forma de Cartas de Acordo.
- O CRAD com o apoio do projeto capacitou 720 agricultores e técnicos e demais interessados sobre a coleta de sementes, produção de espécies florestais e técnicas de recuperação de áreas degradadas, recuperação da cobertura vegetal degradada e o uso sustentável dos recursos naturais no anexo são demonstrados os cursos realizados (Anexo 13).

### **c) Metas Alcançadas**

Todas as metas foram alcançadas e superadas:

- Foram implantados dois Centros de Irradiação do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), e documentadas seis CRADs (Unai-MG, Correntina – BA, Barreiras-BA, Paracatu – MG, Bom Jesus da Lapa-BA, e Arinos-MG), totalizando 8 iniciativas estudadas. (anexo 12)
- 3 (três) iniciativas implementadas: de Paracatu e Arinos em MG e Bom Jesus da Lapa na Bahia totalizando mais de 3698,649 hectares cobertos por práticas de manejo sustentável do projeto. A meta pode ser demonstrada somando-se somente a área de alguns assentamentos que fizeram parte do CRADs, a saber: a) Crads de Arino produção e plantio de mudas: Projeto de Assentamento PA SÃO FRANCISCO com 2276,3729 hectares; b) **Crads de Bom Jesus da Lapa** produção e plantio de mudas: Projeto de Assentamento PA PROJ. ESP. QUILOMBOLA PARATECA com 1421,476 hectares; c) **Crads Paracatu**: Produção de 60.000 mudas em uma área de 80 hectares. Totalizando a abrangência de 3698,649 hectares. (anexo 12)
- O CRAD com o apoio do projeto capacitou 720 agricultores e técnicos (anexo 13).
- Publicações resultantes das experiências da iniciativa: Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco – treinamento e sensibilização; Bases para a Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco e Conservação de Áreas de Preservação Permanente do Cerrado - Caracterização, Educação Ambiental e Manejo; Agricultores que cultivam árvores no Cerrado; Semeando o Cerrado; Frutos e Sementes do Cerrado Atrativos para a Fauna. (anexo 14)

### 5.3) PROJETO: ICMBio

#### a) *Meta Específica para o Componente*

- Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para a gestão sustentável dos recursos naturais do cerrado com alto potencial de replicabilidade documentadas e divulgadas no entorno de APs.
- Cinco iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos de origem rural.
- 100 produtores treinados na aplicação das melhores práticas para a gestão sustentável.
- Gerenciamento de produção sustentável desenvolvida, totalizando 49.000 hectares cobertos sob a prática de gestão sustentável em áreas alvo do projeto.

## b) Avanços

### b.1) Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para a gestão sustentável dos recursos naturais do cerrado documentadas e divulgadas no entorno de APs.

- As iniciativas capitaneadas foram:
  1. Extração de óleo de Babaçu (RESEX Chapada Limpa e RESEX Mata Grande)
  2. Produção de Manteiga de Bacuri (RESEX Chapada Limpa)
  3. Comercialização de Polpa de Frutas (RESEX Extremo Norte do Tocantins)
  4. Produção de Doces (Resex Lago do Cedro)
  5. Produção de Vassoura Piaçaba (Reserva Extrativista Recanto da Terra Ronca)
- Disseminação dos trabalhos desenvolvidos no VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que reuniu cerca de 700 representantes de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, agricultores familiares, no período de 05 a 08 de junho de 2014, com o objetivo de divulgar as boas práticas de produção e os produtos ecossociais produzidos no bioma Cerrado. Foi discutida na feira a necessidade de aprovação da lei do cerrado, o fortalecimento da Rede Cerrado, e a proposituras de uma lista de reivindicações que incluem: a) garantia do uso dos recursos naturais do bioma; b) demarcação urgente dos territórios Indígenas, quilombolas, das RESEX de quebradeiras de coco, geraizeiros, raizeiros, vazanteiros, extrativistas, pescadores artesanais, apanhadoras de flores e agricultores familiares; c) paralização dos emendas constitucionais, portarias e regulamentações que ameaçam o direito aos territórios (PEC 215; ADIN 3.239-9). (<http://www.redecerrado.org.br/index.php/quem-somos/encontro-e-feira-dos-povos-cerrado>)
- Divulgação dos trabalhos desenvolvidos nas Resex Mata Grande, Extremo Norte, Chapada Limpa e Recanto de Terra Ronca foram divulgados na **FEIRA DO CERRADO** que ocorreu de 11 a 21 de setembro de 2014, nos Jardins do CCBB (Brasília). Foram apresentados artesanatos, cosméticos, produtos alimentares nativos de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e de agricultores agroextrativistas. (<http://www.ecodebate.com.br/2014/09/15/feira-do-cerrado-no-ccbb-traz-grande-diversidade-de-produtos-extrativistas-de-comunidades-para-brasilia>).
- Oficina de Negócios Sustentáveis e Comercialização de produtos do extrativismo do Cerrado, realizado na Universidade de Brasília, no Centro Cultural Darcy Ribeiro no dia 16 de setembro. Foram discutidas as estratégias para comercialização dos produtos,

exposições das experiências em cada área, visita técnica a Agroindústria Central do Cerrado e intercâmbio de conhecimento.

- Comercialização dos produtos da Resex Extremo Norte do Tocantins pela empresa Fruta Sã que faz a distribuição dos produtos ecossociais aos supermercados e outros pontos de venda. Essa venda direta a empresa facilitou o escoamento da produção de frutos do cerrado coletados na Resex, além de possibilitar maior aferição de renda aos extrativistas no período de produção das frutas. (<http://www.frutasa.com.br/cerrado>)

## **b.2) Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas no entorno das APs.**

- Foram priorizadas atividades visando aprimorar a produção e comercialização de produtos do cerrado no entorno das UCs, sendo as unidades abaixo escolhidas por já apresentarem interesse na comercialização dos produtos:
  - **Reserva Extrativista Mata Grande** – Instalação de fábrica e aquisição de insumos para extração de óleo de babaçu e aquisição de freezers para armazenamento de polpa de frutas. (anexo 15A e B)
  - **Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins** – Instalação de uma fábrica de óleo babaçu e aquisição de equipamentos e insumos para outra planta de extração e beneficiamento do produto. Capacidade atual de produção instalada de 200 l de óleo por semana. Houve também a aquisição de material de costura com o objetivo de implementar a produção de artesanato na unidade, houve também a aquisição de freezers para armazenamento de polpa de frutas. (Anexo 16A, B, C)
  - **Reserva Extrativista Chapada Limpa** – foi finalizado o projeto da estrutura que abrigará fábrica de extração de beneficiamento de polpa de Bacuri. (Anexo 17)
  - **Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca** – foram adquiridos equipamentos para apoiar a produção de piaçaba pela população da unidade. (Anexo 18)
  - **Resex Lago do Cedro:** Houve a implantação do projeto de produção e pesca do Pirarucu, no entanto, devido aos conflitos fundiários da área o ICMBio optou em suspender todas as atividades até resolução do conflito. Posteriormente, em 2014, após estabelecimento de acordos com as

partes conflitantes foram realizados compras de equipamentos e cursos de capacitação para a confecção de tortas bolos, doces, geleias para os moradores da Resex. (Anexo 19)

**b.3) 100 produtores treinados na aplicação das melhores práticas para a gestão sustentável.**

- Nas cinco unidades de conservação apoiadas foram treinados 145 agricultores com pratica de gestão sustentável. Foram realizados cursos de manejo de babaçu e acondicionamento do óleo; práticas de limpeza, congelamento e secagem de fruta.

**b.4) Gerenciamento de produção sustentável desenvolvida, totalizando 49.000 hectares cobertos sob a prática de gestão sustentável em áreas alvo do projeto.**

- O gerenciamento das práticas de gestão sustentável nas áreas alvo do projeto (cinco UCs já elencadas acima) são desenvolvidas pelos analistas ambientais das unidades que fazem as fiscalizações do uso sustentável dos recursos além de: ações relacionadas com a coleta de assinatura para futuros beneficiários de Programa Sociais do Governo Federal, proposição de cursos de capacitações em boas práticas para coletas de frutas do cerrado; capacitação para o ações de cooperativismo e associativos para seus moradores. (anexo 20)

**c) Metas Alcançadas**

- As cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas dos recursos naturais foram desenvolvidas nas cinco RESEXs alvos. (Anexos 15, 16A e B, 17A e B, 18 e 19)
- As cinco iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos de origem rural está sendo implantados e já demonstra aferição de renda adicional aos extrativistas. (Anexos 15, 16, 17, 18 e 19)
- Nas cinco unidades de conservação apoiadas foram treinados 145 agricultores com pratica de gestão sustentável (Anexo 20). Foram realizados cursos de manejo de babaçu e acondicionamento do óleo; práticas de limpeza, congelamento e secagem de frutas.
- Houve gerenciamento de produção sustentável pelos analistas do ICMBIO em mais 49.000 hectares, uma vez que, a área coberta pelas 5 iniciativas nas cinco Resex apoiadas abrange 58.563,00 mil hectares. (Anexos 15, 16A e B, 17A e B, 18 e 19)

## 5.4) PROJETO: GOIÁS

### a) *Meta Específica para o Componente*

- Mais de 10% das propriedades rurais na área alvo do Projeto (pelo menos 200.000 ha), utilizando mecanismos de proteção da biodiversidade e/ou gestão sustentável através da implementação do Mercado de Reserva Legal, para garantir a manutenção de RLs e APPs para a criação de corredores.

### b) *Avanços*

- O novo Código Florestal Brasileiro, sancionado em 2012 (Lei Federal nº 12.651/2012), abriu a possibilidade de um mercado promissor de ativos ambientais, de compra e venda de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs). Com a publicação do decreto Federal nº 8.235 de junho 2014, que regulamentou o Programa de Regularização Ambiental – PRA, que permitiu a regularização das Áreas de Preservação Permanente – APP -, áreas de Reserva Legal - RL - e áreas de Uso Restrito, mediante recuperação, recomposição, regeneração ou compensação, o proprietário rural pôde usar com segurança jurídica as Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) para compensar a ausência destas áreas, desde que atendidas determinadas condições legais para implantação do mercado de reserva legal.
- Assim, diante deste novo panorama de políticas públicas o Estado de Goiás fez um convênio em 2013 com o MMA/IBAMA para implantar o Cadastro Ambiental Rural no Estado para garantir a manutenção da RL e APPs sendo um dos primeiros estados da federação a utilizar o CAR como referência para declaração das reservas legais, áreas de preservação permanentes e das áreas de uso alternativo do solo. O CAR- Goiás está ativo e encontra-se em aperfeiçoamento pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), possuindo hoje já cadastrados mais de 28,14 % as propriedades rurais do Estado. (Anexo 22)
- Adicionalmente o Estado do Goiás iniciou trabalhos para ampliar o leque de instrumentos econômicos para incentivar a recomposição de RL e APPs e conservação dos recursos ambientais, englobando não só a reserva legal como objeto de negociação, mas também, o pagamento por serviços ambientais e redução dos gases que causam o efeito estufa. Nesse sentido, o Governo do Estado de Goiás contratou uma consultoria para propor um quadro jurídico e econômico da inclusão deste sistema no âmbito da Secretaria. Deste modo, houve a publicação do decreto 8171/2014 (Anexo 21) que cria o Fórum Goiano de

Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais que fará as negociações dentro do Estado de ações que estimulem projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa e de incentivos a serviços ambientais.

- Além disso, foi editada uma minuta da Política Estadual sobre Serviços Ambientais e Regulação do Clima que reforça todos esses mecanismos de incentivos econômicos e que está em análise pela Procuradoria Geral do Estado e será publicada ainda em 2015.

#### **b) Metas Alcançadas**

- Criação do Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais que faz as negociações dentro do Estado de ações que estimulem projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa e de incentivos a serviços ambientais. (Anexo 21)
- Diante das mudanças na legislação ambiental com a publicação do novo código florestal em 2012, o novo mecanismo desenvolvido para garantir a manutenção de RLs e APPs com o objetivo de preservação de corredores foi a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que abre a possibilidade de um mercado de ativos ambientais, de compra e venda de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs). O CAR- Goiás está ativo possuindo mais de 36.56 %, ou seja, 34.671 propriedades rurais do Estado. (Anexo 22)

### **5.5) PROJETO: TOCANTINS**

#### **a) Meta Específica para o Componente**

- Um plano regional para uso comunitário sustentável do capim dourado desenvolvido, incluindo a definição da distribuição espacial das populações da espécie.
- 80 proprietários rurais capacitados na aplicação de pelo menos três práticas de produção de baixo impacto e/ou alternativas ao desmatamento nas áreas alvo do projeto.
- Oito iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos provenientes de produção rural sustentável das zonas tampão das APs, direcionado a

populações afetadas diretamente pela criação das APs, totalizando 48.000 ha cobertos por práticas de manejo sustentável em áreas alvo do projeto.

- Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas atuais para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado documentadas e disseminadas.
- RLs e APPs na zona tampão dos Parques Estaduais do Cantão e do Jalapão regularizadas, reabilitadas com a sua distribuição estratégica definida em prol da criação de corredores biológicos.

## **b) Avanços**

### **b.1) Um plano regional para uso comunitário sustentável do capim dourado desenvolvido, incluindo a definição da distribuição espacial das populações da espécie.**

- Foi realizado em 2011 um seminário para avaliar os conhecimentos e os estudos sobre gestão do capim dourado envolvendo instituições de pesquisas, governos locais, estaduais e federais, representantes das comunidades e ONGs.
- Em 2014, o Estado do Tocantins fez uma solicitação de manifestação de interesse para contratação de serviços de consultoria para elaboração da proposta do projeto de lei da Política Estadual de Uso Sustentável do Capim Dourado e Buriti, de forma a promover o manejo sustentável destes recursos no Estado do Tocantins. O trabalho visou principalmente: a) Diagnosticar e fazer o levantamento dos marcos documentais, legais e setoriais relacionados ao capim dourado e buriti no estado, b) Identificar e mobilizar os atores e segmentos envolvidos, c) Realizar consultas públicas com as comunidades envolvidas, d) Elaborar a proposta do Projeto de Lei da Política Estadual de Uso Sustentável do Capim-Dourado e Buriti. (Anexo 23)
- Em 2014 foi lançado pelo Governo do Estado o Plano de Desenvolvimento Econômico do Capim-Dourado que será implantado no Jalapão pelo Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Tocantins. (Anexo 24)

### **b.2) 80 proprietários rurais capacitados na aplicação de pelo menos três práticas de produção de baixo impacto e/ou alternativas ao desmatamento nas áreas alvo do projeto.**

- Foram contratadas consultorias para realizar o diagnóstico de práticas de produção de baixo impacto onde foram selecionadas as produções de: mel, óleos vegetais, doces de frutos do cerrado. Os resultados foram transformados em cartilhas pela Secretaria e serão

publicados em parceria com a RURALTINS (Empresa de Extensão Rural do Estado do Tocantins).

- Houve a capacitação de 129 proprietários rurais na aplicação de cinco práticas de produção de baixo impacto e/ou alternativas ao desmatamento nas áreas alvo do projeto que foram selecionados por meio da consultoria anterior a saber: a) Manipulação de doces, geleias e compotas de frutos do cerrado; b) manipulação de frutos do cerrado para extração de óleos vegetais; c) manipulação e comercialização de polpas de frutas do cerrado e d) manipulação e comercialização de produtos derivados de mel/ apicultura.

**b.3) Oito iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos provenientes de produção rural sustentável das zonas tampão das APs, direcionado a populações afetadas diretamente pela criação das APs, totalizando 48.000 ha cobertos por práticas de manejo sustentável em áreas alvo do projeto.**

- Houve a elaboração de estudo de viabilidade econômica de iniciativas de produção sustentáveis na zona tampão das UCs incluindo diagnóstico, capacitação e plano de negócios para produtores rurais do entorno, a saber:
  - Associação das mulheres apicultoras do PA Entre Rios – Palmas – Parque Estadual do Lajeado.
  - Associações dos produtores rurais em Mateiros.
  - Comunidade Boa Esperança – Mateiros/São Félix
  - Associação dos produtores rurais em São Felix – TO.
  - Associação dos produtores rurais de Novo Acordo – TO.
  - Associação das mulheres em Taquaruçu (P.A Sítio) – Palmas
  - Associação das mulheres da Barraria – Filadélfia – TO
  - Associação das mulheres agroextrativistas da APA ilha do Bananal/Cantão – TO.
  - Associação dos apicultores e produtores de polpas do município de Marianópolis – TO.
- Foram capacitadas as comunidades pertencentes aos entornos das seguintes áreas: 1) PE Lageado (40 mil hectares), PE Jalapão (158.970,95 hectares), Monumento Nacional de Árvores Fossilizadas (32 mil hectares) e PE Cantão (100 mil hectares) totalizando mais de 220 mil hectares cobertos com prática e manejo sustentável.

**b.4) RLS e APPs na zona tampão dos Parques Estaduais do Cantão e do Jalapão regularizadas, reabilitadas com a sua distribuição estratégica definida em prol da criação de corredores biológicos.**

- Aquisição do software da família ERDAS que tem função de apoio ao Cadastro Ambiental Rural do Estado, foi possível criar uma ferramenta local customizada para o registro eletrônico de todas as propriedades rurais do Estado, o SIGCAR que é uma plataforma eletrônica para a inscrição e gestão do Cadastro Ambiental Rural para os municípios do entorno do PEC e PEJ. Áreas de APP, RL sendo identificadas e monitoradas em todas as propriedades rurais cadastradas, o Sistema já recebeu mais de 3400 cadastros de imóveis.

**b.5) Cinco iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas atuais para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado documentadas e disseminadas.**

- Foram documentadas e disseminadas 05 iniciativas de prática sustentável nas zonas tampão das UC, com os seguintes focos:
  - Apicultura: entorno do Parque Estadual do Lageado (PEL);
  - Frutos do Cerrado: entorno do Parque Estadual do Lageado (PEL), Parque Estadual Jalapão (PEJ) e MONAF.
  - Óleos vegetais: entorno do Parque Estadual Cantão.
  - Polpas de frutos de Cerrado: entorno do Parque Estadual Cantão.
  - Associativismo: PEC, PEL, PEJ e MONAF.

**c) Metas Alcançadas**

- Plano regional para o uso comunitário sustentável do capim dourado incluindo a distribuição espacial das populações da espécie foi publicado. (anexo 23 e 24)
- 129 proprietários rurais capacitados na aplicação de pelo menos três práticas de produção de baixo impacto e/ou alternativas ao desmatamento nas áreas alvo do projeto. (Anexo 25)
- As oito iniciativas para agregar valor e melhorar a comercialização de produtos nativos provenientes de produção rural sustentável das zonas tampão das APs foram levantadas e implementadas. (Anexo 25)

- Foram documentadas e disseminadas 05 iniciativas de prática sustentável nas zonas tampão das UC. (Anexo 26)
- As RLs e APPs na zona tampão dos Parques Estaduais do Cantão e do Jalapão sendo identificadas e monitoradas em todas as propriedades rurais cadastradas. Com o número de imóveis cadastrados de 10.259, ou seja, (27,49 % ) do Estado. (Dados de maio/2015). Anexo 27.

## **6. COMPONENTE 3- POLÍTICAS PÚBLICAS E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

---

O componente visa promover a formulação de novas políticas públicas para a conservação e o uso sustentável do Cerrado e o fortalecimento de agências governamentais para gerir os recursos naturais. Adicionalmente tem o objetivo de inserir o setor privado, organizações da sociedade civil e as comunidades locais para participarem ativamente na formulação de novas políticas públicas e de gestão ambiental relacionadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado.

### **6.1) Meta Global do Componente**

- Elaboração, publicação e implementação do Plano de Ação do Programa Nacional Cerrado Sustentável.
- Desenvolvimento de 4 novas políticas públicas relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado desenvolvidas.
- Sistemas georreferenciados para monitoramento ambiental, licenciamento de propriedades rurais, com implementação desenvolvida no nível federal e estadual.
- Fortalecimento de 6 instituições selecionadas trabalhando em questões relacionadas ao uso de recursos naturais por meio de treinamento de equipe em processos de gestão ambiental específicos e ferramentas associadas.
- Fortalecimento de 3 redes da sociedade civil e/ou organizações para manter suas filiadas informadas sobre as políticas públicas e comunicar e representar as opiniões da sociedade civil e suas aspirações em âmbito nacional.

### **6.2) PROJETO: MMA**

## **a) Meta Específica para o Componente**

- Duas instituições selecionadas (DCBio e a Comissão do Programa Nacional do Cerrado sustentável - CONACER) trabalhando em questões relacionadas ao uso de recursos naturais consolidados e em funcionamento.
- Formulação do plano de ação para o Programa Nacional do Cerrado Sustentável concluído com ênfase nas seções de prioridade e lançado publicamente.
- Quatro novas políticas públicas relacionadas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado desenvolvidas.
- Duas outras iniciativas desenvolvidas dentro do Programa Nacional Cerrado Sustentável.

## **b) Avanços**

### **b.1. Conacer e DCbio fortalecidos e em funcionamento.**

A DCBio funciona ativamente como unidade formuladora de políticas públicas para o conservação da biodiversidade conforme o art. 19 do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que trata da Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente. A seguir serão elencadas algumas atividades desenvolvidas na DCBIO:

- Em conformidade o inciso I, da alínea a e b, do art. 19, a DCBIO tem promovido o conhecimento, a conservação, a valorização e a utilização sustentável da biodiversidade e da conservação e valorização do conhecimento tradicional associado e da agrobiodiversidade apoiando eventos de disseminação de práticas sustentáveis, e proposição de novas políticas para conservação do cerrado em articulação com Ministérios e outras entidades federativas a saber:
  - 1) Prefeitura de Alto Paraíso: III Feira de Sementes e Mudanças e o I Encontro de Pesquisadores do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Centro UnB Cerrado, no período 21-24 de setembro de 2013 em Alto Paraíso de Goiás (<http://www.mma.gov.br/informma/item/9805-feira-de-sementes-re%C3%BAne-produtores-e-pesquisadores-em-alto-para%C3%ADso>).
  - 2) Prefeitura de Alto Paraíso: IV Feira de Sementes e Mudanças da Chapada dos Veadeiros, período de 25 - 28 de setembro de 2014 em Alto Paraíso de Goiás.
  - 3) MDA, CONAB, MDS, FUNAI, Petrobras, Rádio Cultura/Secretaria de Cultura/GDF, EMATER-DF, Memorial dos Povos Indígenas, Projeto Florelas (ISPN/Comissão Européia), Central do Cerrado, PNUD, IBRAM/SEMARH/GDF, Ibama, ICMBio e CESE: VII Encontro dos Povos do Cerrado no período de 12 a 16 de setembro de 2012 no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília

4) Fundação Cultural Palmares (FCP – MinC), a Fundação Banco do Brasil, Petrobras e Funarte e apoio do MMA, MDA, MDS, CONAB, FUNAI, ICMBio, MPF, Petrobras, Fundação Banco do Brasil, Funarte, EMATER-DF, Memorial dos Povos Indígenas, ISPN, Central do Cerrado, WWF-Brasil, Fundação Palmares, GDF, Anvisa, SlowFood, INCRA, IBRAM, IBAMA, SENAES e CESE: VIII Encontro dos Povos do Cerrado no período 05 a 08 de junho de 2014, no Complexo Cultural Funarte, em Brasília-DF.

5) MAPA: Tendas da degustação de doces e salgados do Cerrado e da Amazônia, no período de 07 a 08 de junho de 2014 em Brasília.

6) Jardim Botânico de Brasília e Mapa: Feira do Jardim Botânico produtos orgânicos, biodiversidade do cerrado, gastronomia e cultura em parceria no dia 27 de setembro de 2014.

7) Patrocínio às Oficinas para Campanha Brasil Orgânico Sustentável no Cerrado.

- Em conformidade com o inciso I, da alínea c e d, do art. 19, a DCBIO vem monitorando e a avaliação do impacto das mudanças climáticas sobre a biodiversidade, prevendo e fomentando medidas preventivas e mitigadoras.
- Em conformidade com o inciso I, da alínea e, f, g, h, i, j e inciso II a IX do art. 19, a DCBIO vem desempenhando ações a saber:
  - 1) Elaboração de Parecer Técnico relativo à proposta de Resolução CONAMA sobre "regulamentação para o manejo de quirópteros".
  - 2) Secretariou a aprovação da Resolução CONABIO nº6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.
  - 3) Protagonizou a articulação em nível federal dos órgãos ambientais frente ao problema das espécies exóticas invasoras.
- O Conacer foi institucionalizado pelo decretos nº 5.577/2005 e 7.302/2010 que ampliou sua área de atuação para agora além de acompanhar as ações relacionadas ao Programa Cerrado Sustentável, proporá medidas e acompanhará, no que afetem o bioma cerrado, a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Combate à Desertificação e a Política Nacional sobre Mudança do Clima; além de subsidiar a implementação de planos e programas que objetivem a proteção do bioma Cerrado. Hoje o CONACER é um conselho ativo que desempenha todas as funções estabelecidas no seu ato de criação.
- No período do projeto foram realizadas 13 reuniões ordinárias e 3 extraordinárias. Suas atas de reuniões, documentação de instituições, apresentações e palestras encontram-se todas disponível ao público. (Anexo 28)

**b.2. Formulação do plano de ação para o Programa Nacional do Cerrado Sustentável concluído com ênfase nas seções de prioridade e lançado publicamente.**

- O Programa Nacional para a Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado também chamado de Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado foi criado pelo decreto de 15 de setembro de 2010. (Anexo 29A e 29B)
- Em sua primeira fase (2010-2011) teve 37% das suas metas cumpridas e 26% parcialmente concluídas (Anexo 30). De modo geral o plano teve impacto significativo nas seguintes áreas:
  - 1) Monitoramento e controle do bioma cerrado selecionando os 50 municípios prioritários para o monitoramento e controle do desmatamento;
  - 2) Fomento às atividades produtivas sustentáveis, com elaboração de guias de referência sobre Manejo Florestal Sustentável;
  - 3) Capacitação de 1.035 produtores rurais no uso de modelos sustentáveis de produção (lavoura-pecuária-floresta, plantio direto, agricultura orgânica e SAF).
  - 4) 3.646 brigadistas formados nos municípios com elevada ocorrência de incêndios florestais
  - 5) 6 projetos de fortalecimento da organização social e produtiva de comunidades tradicionais e extrativistas, e 15 projetos de apoio à produção sustentável de povos indígenas apoiados e a gestão ambiental de suas terras (1-MA, 4-MG, 1-TO, 7-MS e 2-MT).
- Devido aos bons resultados da primeira fase em que contribuiu para o enfretamento do desmatamento o que levará consequentemente a redução das emissões de gases de efeito estufa, o MMA anunciou no dia 11 de setembro de 2014 (dia do Cerrado) a sua prorrogação de 2014-2015, que envolverá 17 ministérios, e aplicação de recursos 45% maior que o total investido na primeira etapa. Serão investidos cerca de R\$ 606 milhões, com a meta central de reduzir 40% do desmatamento do Bioma até 2020. (Anexo 31)

### **b.3. Duas novas políticas públicas relacionadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado desenvolvidas.**

A seguir serão elencadas políticas públicas:

- Criação da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico -Econômico do Território Nacional (CCZEE), e ao Consórcio ZEE Brasil (decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010-Anexo 32) que elaborará as propostas e critérios técnicos e institucionais para a revisão, atualização e modificação dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos no Brasil. Assim, é amparado no âmbito da Iniciativa os ZEEs para os Estados do Bioma Cerrado especialmente aos apoiados no âmbito do projeto a saber:
  - a) No Tocantins o ZEE Estadual foi aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e instituída pela lei estadual nº 2.656/2012.
  - b) Em Goiás foi firmado convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Sicam), com vistas à elaboração do MacroZEE de Goiás que contempla, também, a atualização do mapa de uso e cobertura vegetal e a elaboração do mapa de aptidão agrícola do estado, na escala de 1:250.000. A previsão de finalização dos estudos e da minuta do projeto de lei é o final do primeiro semestre de 2015.
- Lista de municípios situados no bioma Cerrado para medidas e ações prioritárias de monitoramento e controle do desmatamento ilegal, ordenamento territorial e incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, manutenção de áreas nativas e recuperação de áreas degradadas (Portaria Nº 97, de 22 de março de 2012 - Anexo 33).
- No debate legislativo, o Ministério do Meio Ambiente defende a aprovação da chamada PEC do Cerrado (PEC 504/2010), que altera o artigo 225 da Constituição Federal para incluir o bioma Cerrado como patrimônio nacional, ao lado da floresta amazônica, mata atlântica, pantanal e zona costeiras, já previstos na constituição. A matéria encontra-se pronta para votação na Câmara dos Deputados e foi pautado para votação com discussão da matéria no dia 14 de outubro de 2014.
- O MMA apoiou a elaboração da Lei do Cerrado, neste sentido fomentou a REDE CERRADO, durante 2012 e 2013 na promoção de cinco encontros regionais com o objetivo de coletar com as lideranças locais contribuições para a elaboração da proposta de Lei. De forma estratégica a proposta foi aprimorada a partir do Projeto 214/2012 do Senador Rodrigo Rollemberg que propõe uma Política de Desenvolvimento Sustentável

do Cerrado, que incorporou as contribuições dos movimentos sociais e dos cinco encontros regionais apoiados pelo MMA e já se encontra em fase avançada de tramitação possuindo pareceres favoráveis nas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

#### **b.4. Duas outras iniciativas desenvolvidas dentro do Programa Cerrado Sustentável.**

- Várias iniciativas foram desenvolvidas no âmbito do Programa Cerrado sustentável, a saber;
  - 1) O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) foi criado para apoiar projetos de organizações não-governamentais e de base comunitária que desenvolvam ações que geram impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. Este programa é realizado pelo Instituto para a Sociedade, População e Natureza (ISPN), e recebeu pequenos recursos do GEF para desenvolvimento de pequenos projetos.
  - 2) O Programa de Investimentos em Florestas (FIP), que busca promover o uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no Bioma Cerrado, por meio de ações articuladas com diversos Ministérios e os Estados (Anexo 34). O FIP tem um investimento de 70 milhões de dólares que atende a outros três projetos:
    - i. Apoio ao plano ABC (Agricultura Baixo Carbono);
    - ii. Inventário florestal;
    - iii. Sistema de monitoramento da cobertura vegetal e prevenção de incêndios florestais.
  - 3) O Projeto Cerrado-Jalapão, criado em 2012, que é um projeto do Ministério do Meio Ambiente, amparado pela Cooperação Oficial Alemã (Anexo 35), que fornece apoio financeiro e técnico, sendo implementado por órgãos executores federais e estaduais, o qual prevê um conjunto de atividades visando melhorar a prevenção e controle de incêndios e queimadas no Bioma Cerrado e, em particular, na região do Jalapão (Tocantins). O projeto prevê uma série de outras atividades visando não somente melhorar o combate a incêndios, mas aumentar a integração de ações relacionadas, como planejamento do manejo do fogo, educação ambiental, alternativas ao uso do fogo, pesquisa sobre seus impactos na biodiversidade e clima, monitoramento de desmatamento e fortalecimento da gestão das unidades por meio de conselhos

consultivos e capacitações. Ao todo, seis UCs federais integram o Projeto Cerrado-Jalapão: as Estações Ecológicas de Uruçuí-Una (PI) e Serra Geral do Tocantins (BA/TO) e os Parques Nacionais do Araguaia (TO), das Nascentes do Rio Parnaíba (PI/MA/BA/TO), da Chapada das Mesas (MA) e das Sempre Vivas (MG).

- 4) O TFCA que é um acordo firmado entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil com vistas à redução da dívida em apoio à conservação e manejo sustentável de florestas tropicais (Anexo 36). No Brasil o TFCA beneficia projetos em sete linhas temáticas. São ao todo 82 projetos selecionados nos quatro editais lançados desde 2011, que estão divididos nas seguintes linhas temáticas: Áreas Protegidas; Capacitação; Conservação e Manejo sustentado de espécies; Fortalecimento de Cadeiras Produtivas; Recuperação de Áreas Degradadas; Manejo Florestal; Sistemas Agroflorestais; Projetos Comunitários; e Fortalecimento de Redes, que engloba US\$ 20,8 milhões para apoiar a conservação dos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado, e tem duração de cinco anos.

Foram aprovados para o Bioma os seguintes associações com os seguintes projetos:

- 1) A Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA, com o projeto, Articula Xingu-Araguaia (AXA).
- 2) A Coopcerrado com o projeto: Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado – RCS.
- 3) A Rede de Sementes do Cerrado com o projeto: Rede de Sementes do Cerrado
- 4) Grande Sertão Veredas: Fundação Pró-Natureza – FUNATURA
- 5) Agroextrativistas Garantindo seu Território: Reservas Extrativistas no Cerrado: Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – CEDAC.
- 6) Capacitação em Gestão de Associações e Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade na Região da Chapada dos Veadeiros-GO: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB.
- 7) Manejo de Plantas do Cerrado: Subsídios Técnicos às Políticas Públicas de Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Embrapa/Cenargen) – Eliseu Alves.
- 8) Conservação e Manejo do Pato-Mergulhão (*Mergus octosetaceus*) na Região do Parque Nacional da Serra da Canastra, MG: Instituto Terra Brasilis.

- 5) Projeto DEFRA – O Ministério do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido apoia o sistema de monitoramento de queimadas no Cerrado.

### **c) Metas Alcançadas**

- Duas instituições selecionadas (DCBio, e CONACER) que trabalham com temas relativos ao uso dos recursos naturais fortalecidas e em funcionamento. (Anexo 28)
- Formulação do plano de ação para o Programa Nacional do Cerrado Sustentável concluído e com ampliação para o período de 2015-2020. (Anexo 29A e 29B)
- Foram desenvolvidos 2 novas políticas públicas relacionadas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado. (Anexo 32 e 33)
- Foram desenvolvidas 5 outras iniciativas dentro do Programa Nacional Cerrado Sustentável. (Anexo 34, 35, 36)

### **6.3) PROJETO: ICMBio**

#### **a) Meta Específica para o Componente**

- Regras institucionais formais e procedimentos do ICMBIO estabelecidos.
- Cinquenta por cento da equipe técnico das áreas protegidas do Cerrado treinados.

#### **b) Avanços**

##### **b.1. Regras institucionais formais e procedimentos do ICMBIO estabelecidos.**

No período de atuação do projeto o ICMBio elaborou mais de 37 normas internas e procedimentos administrativos, a seguir ilustramos algumas das normativas:

- IN 11 de 08 de Junho de 2010 - Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais.
- IN 16 de 04 de Agosto de 2010 - Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.
- IN 19 de 16 de Setembro de 2011 - Regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu

patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.

- IN 20 de 22 de Novembro de 2011 - Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.
- IN 22 de 27 de Março de 2012 - Estabelece os procedimentos para os Programas de Cativeiro de Espécies Ameaçadas.
- IN 23 de 30 de Março de 2012 - Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira.
- IN 25 de 12 de Abril de 2012 - Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico.
- IN 26 de 04 de Julho de 2012 - Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.
- IN 28 de 5 de Setembro de 2012 - Estabelece normas para a utilização sustentável das populações naturais de crocodilianos em Reserva Extrativista (RESEX), Floresta Nacional (FLONA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na área da distribuição das espécies.
- IN 29 de 5 de Setembro de 2012 - Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.
- IN 30 de 19 de Setembro de 2012 - Estabelece procedimentos administrativo e técnicos para a execução espeleológica para empreendimentos que ocasionem

impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea classificada com grau de relevância alto

- IN 31 de 17 de janeiro de 2013 - Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para o processo de revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação federais.
- IN 32 de 13 de Agosto de 2013 - Estabelece Diretrizes Normas Procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes como autoridade científica da convenção sobre o comercio internacional de espécies da Flora e da Fauna selvagens em perigo de extinção.
- IN 33 de 23 de Agosto de 2013 - Dispõe sobre o acesso e o uso de dados e informações custodiados pelo ICMBio por meio do sistema de autorização e informação em biodiversidade-SISBIO.
- IN 34 de 17 de Outubro de 2013 - Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.
- IN 35, de 27 de dezembro de 2013 - Disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais
- IN 01, de 07 de março de 2014 - Institui a política de remoção dos servidores detentores de cargo efetivo no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e disciplina o concurso interno de remoção.

Todas as Instruções Normativas são encontradas no site: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/legislacao/instrucoes-normativas.html>.

No período do projeto entraram em operação os sistemas de informação (<http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/sistemas.html>):

- SISPRO – sistema que acompanha e sistematiza as informações sobre incêndios florestais nas unidades de conservação federais;
- CANIE – sistema que atua no cadastramento e acompanhamento das ações de manejo nas cavidades naturais brasileiras

- SGDOC – Sistema de gestão de documentos – entrou em operação a nova versão do sistema.

## **b.2. Cinquenta por cento da equipe técnico das áreas protegidas do Cerrado treinados.**

- O ICMBio possui um Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – Acadebio que faz parte de uma estratégia institucional para propiciar ao quadro de servidores uma formação e capacitação continuadas, em uma estrutura própria e adequada. A maioria dos cursos do Plano Anual de Capacitação são realizados na Acadebio, assim como outros eventos do ICMBio e alguns eventos de outras instituições. Atualmente 69% dos servidores do ICMBio recebem capacitação continuada. Os gestores das áreas protegidas do Bioma Cerrado cerca de 74% estão capacitados tanto para os cursos de gestão continuada como para monitoramento e controle do desmatamento no cerrado. (Anexo 37)

## **c) Metas Alcançadas**

- Publicação de 37 Instruções Normativas no período; 5 sistemas de informática – suporte a processos administrativos e técnicos. ver : <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/legislacao/instrucoes-normativas.html>
- Dos 78 servidores das unidades do projeto participaram de 112 eventos de capacitação. (Anexo 37)

## **6.4) PROJETO: GOIÁS**

### **a) Meta Específica para o Componente**

- CEMAm, SEMARH e FEMA fortalecidos através de treinamento em processos específicos de gestão ambiental e ferramentas associadas.
- Novas políticas públicas (instrumentos legais complementares necessários para a implementação do Mercado de Reserva Legal) desenvolvidos e operantes em Goiás.
- Duas redes da sociedade civil (conselhos consultivos de UCs) fortalecidos através do estabelecimento de regras formais e procedimentos e capacitação para representar as opiniões da sociedade civil.

## **b) Avanços**

### **b.1. CEMAm, SEMARH e FEMA fortalecidos através de treinamento em processos específicos de gestão ambiental e ferramentas associadas.**

- Foi contratada uma empresa para a realização de consultoria que realizou a capacitação de 600 servidores (200 analistas e equipe administrativa de todas as áreas) em estratégias de conservação da biodiversidade.
- Houve a contratação do curso com três módulos, com abordagem ampla dos aspectos acerca da biodiversidade do cerrado. O curso foi realizado de 3 até 21 de novembro de 2014. (Anexo 39)

### **b.2. Novas políticas públicas (instrumentos legais complementares necessários para a implementação do Mercado de Reserva Legal) desenvolvidos e operantes em Goiás.**

- Criação do Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais que fará as negociações dentro do Estado referente aos meios e modos do pagamento dos serviços. Em agosto de 2014 foi aprovado o regimento interno do Fórum (decreto nº 8.233/2014), onde a SEMARH estabeleceu o cronograma das reuniões de debates.
- Publicação do Decreto Estadual nº 7665, de 03 de julho de 2012, que institui o Programa Estadual de apoio a RPPNs e os procedimentos para a autorização e criação das RPPNs no Estado de Goiás pela SEMARH.
- Implantação do Programa Produtor de Água do João Leite em 2013, que é um dos mais abrangentes do Brasil compreendendo sete municípios e mais de 700 nascentes, além de cobrir 761km<sup>2</sup> de área, com a extensão de 130 quilômetros. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) já realizou a entrega dos primeiros pagamentos do Programa, agora Goiás integra o grupo de estados que realizam pagamentos por serviços ambientais (PSA).

### **b.3. Duas redes da sociedade civil (conselhos consultivos de UCs) fortalecidos através do estabelecimento de regras formais e procedimentos, e capacitação para representar as opiniões da sociedade civil.**

- Dois conselhos gestores foram fortalecidos: o do Parque Estadual da Serra dos Pirineus e do Parque Estadual de Terra Ronca. Em 2014, três reuniões de ambos os conselhos

foram realizados com o intuito de estabelecer procedimentos para o desenvolvimento do ecoturismo.

- O Plano de manejo do PE Serra dos Pirineus está em andamento com o último produto em avaliação pela Secretaria, estima-se que até outubro de 2015 o plano esteja publicado.

### **c) Metas Alcançadas**

- Houve o curso de capacitação de 600 servidores para três instituições abrangendo três módulos, envolvendo abordagem ampla dos aspectos acerca da biodiversidade do cerrado. O curso foi realizado de 3 até 21 de novembro de 2014. (Anexo 39)
- Políticas públicas:
  - Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (Anexo 21).
  - Programa Estadual de apoio a RPPNs e os procedimentos para a autorização e criação das RPPNs no Estado de Goiás pela SEMARH (Anexo 40).
  - Implantação do Programa Produtor de Água do João Leite em 2013.
- Dois conselhos gestores foram fortalecidos: 1) Parque Estadual da Serra dos Pirineus e do Parque Estadual de Terra Ronca. São realizadas pelo menos duas reuniões por ano. (Anexo TT)

## **6.5) PROJETO: TOCANTINS**

### **a) Meta Específica para o Componente**

- Aspectos legais, técnicos e operacionais do Sistema de Licenciamento Florestal das Propriedades Rurais revisados e simplificados.
- Três políticas públicas relacionadas à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Tocantins desenvolvidas Sistema Estadual para Monitoramento Ambiental, licenciamento e fiscalização de propriedades rurais desenvolvido, com o uso da base de dados Geo-Tocantins.

- Três instituições envolvidas em assuntos relativos ao uso dos recursos naturais fortalecidas através de capacitação do quadro de funcionários em processos de gestão ambiental específicos e ferramentas associadas.
- Uma Organização da Sociedade Civil fortalecida para manter seus afiliados informados sobre políticas públicas e para comunicar e representar as opiniões e aspirações da sociedade civil no palco nacional.

## **b) Avanços**

### **b.1. Aspectos legais, técnicos e operacionais do Sistema de Licenciamento Florestal das Propriedades Rurais revisados e simplificados.**

- Publicação do Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural – TO-LEGAL com o objetivo de promover a regularização das propriedades e posses rurais inserindo-as no Sistema de Cadastramento Ambiental Rural – CAR e no Licenciamento Ambiental Único – LAU (Lei Estadual 2467 de julho de 2011).
- O Programa de Regularização Ambiental – PRA a Cota de Reserva Ambiental - CRA, está implantado de forma a simplificar os procedimentos de licenciamento florestal, bem como buscar agilidade e transparência para os produtores rurais que necessitam do licenciamento florestal.
- Lançamento do SIGCAR (Sistema de Informação para Gestão do CAR) em 06/06/2014 o que desburocratizou a análise por meio de processo. Agora todas as solicitações de CAR são feitas eletronicamente podendo ser emitida em menos de 24 horas. Até 09/09/14 foram emitidos 1749 CAR já com a devida integração e validação do sistema de CAR do governo Federal – SICAR.
- Com a revisão de Lei 775/95 que trata da Política Estadual de Florestas, foi possível aprimorar as diretrizes, instrumentos e ferramentas da lei florestal do estado. A nova minuta em fase final de discussão no COEMA, traz mecanismos modernos como o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

### **b.2. Três políticas públicas relacionadas à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Tocantins desenvolvidas Sistema estadual para monitoramento ambiental, licenciamento e fiscalização de propriedades rurais desenvolvido, com o uso da base de dados Geo-Tocantins.**

- Criação do GESTO- Sistema Informação de Gerenciamento de Ucs do TO.
- Lançamento em 2011 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) que é um instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos, previsto na Lei n. 1.307/02, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos recursos hídricos no Estado, visando assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para seu uso racional e sustentável.
- Foi lançado em 05/06/2014 o SIGCAR plataforma eletrônica para o registro gratuito da propriedade rural que é pré-requisito para o licenciamento ambiental, autorizações para desmatamento e outras atividades previstas em lei.
- O processo de consultoria para reformular a Política Florestal e elaborar o Plano Estadual de Florestas, está na fase final de execução e os produtos finais estão sendo avaliados pela Semades. **(tudo parado)**
- Está sendo discutido através da Câmara Técnica de Unidades de Conservação do Conselho Estadual de Meio Ambiente e consultoria individual contratada, a regulamentação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Os produtos finais da consultoria estão em avaliação pela equipe da secretaria além da minuta da nova lei do SEUC. **(está tudo parado)**
- Programa de Recuperação Ambiental com Termos de Compromissos de recuperação dos passivos ambientais assumidos pelos proprietários no sistema.
- Monitoramento da cobertura vegetal e organização da paisagem no meio rural iniciado.

**b.3. Três instituições envolvidas em assuntos relativos ao uso dos recursos naturais fortalecidas através de capacitação do quadro de funcionários em processos de gestão ambientais específicos e ferramentas associadas.**

- No período de vigência do projeto houve o desenvolvimento do programa de capacitação para a Semades, Naturatins e Ruraltins com a realização de cursos sobre: 1) Métodos alternativos de produção e gestão participativa; 2) Cursos de Guardas Florestais; 3) gestão política e indicadores ambientais; 4) Monitoramento e georreferenciamento; 5) Biologia da conservação; 6) Uso público e gestão de parques.
- Em 2013, cinco técnicos das instituições envolvidas com o projeto (Semades, Naturatins e Ruraltins) receberam treinamentos na Espanha em temas ligados a áreas protegidas, recursos hídricos, produção sustentável, incêndios florestais e resíduos sólidos.

- Em 2014 foram realizadas 5 capacitações relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural dentro e fora do Estado envolvendo todas as três instituições. Foram realizadas entre 2010-2014 cerca de 3 capacitações por ano envolvendo o tema Unidades de Conservação, inclusive com visitas técnicas a outras unidades de conservação do país para identificar avanços, dificuldades e desafios para as UC do Tocantins.

**b.4. Uma Organização da Sociedade Civil fortalecida para manter seus afiliados informados sobre políticas públicas e para comunicar e representar as opiniões e aspirações da sociedade civil no palco nacional.**

- Desde 2011 a SEMADES vem apoiando a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS EXTRATIVISTAS DO POVOADO DA MUMBUCA, criada em 2000 por um grupo de artesãos do Povoado de Mumbuca, e inscrita no CNPJ 05.010.011/0001-76, sediada no Povoado da Mumbuca, localizado a trinta quilômetros da sede do município de Mateiros-Tocantins. O objetivo da associação é manejar o capim dourado (*Syngonanthus nintens*), além de organizar e estimular a comercialização do artesanato, que constitui a principal fonte de renda das comunidades residentes no interior do Parque Estadual do Jalapão.
- Treinamento de 40 horas para 20 membros da comunidade Mumbuca realizado (Associativismo e Técnicas de computação).
- Melhorias meios de transporte para colheita do Capim Dourado.

**b) Metas Alcançadas**

- Publicação do Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural – TO-LEGAL com o objetivo de promover a regularização das propriedades e posses rurais inserindo-as no Sistema de Cadastramento Ambiental Rural – CAR e no Licenciamento Ambiental Único – LAU (Lei Estadual 2467 de julho de 2011). (Anexo 41)
- SIGCAR plataforma eletrônica para inscrição e gestão do Cadastro Ambiental Rural para todo Estado de forma simplificada e automatizada implantada e em

funcionamento. Áreas de APP, RL identificadas e monitoradas em todas as propriedades rurais cadastradas. (Anexo 27)

- Lançamento em 2011 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) que é um instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos, previsto na Lei n. 1.307/02, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos recursos hídricos no Estado, visando assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para seu uso racional e sustentável. (Anexo 42)
- Criação do GESTO- Sistema Informação de Gerenciamento de UCs do TO (Anexo 10)
- Capacitados 05 técnicos das três instituições envolvidas (NATURATINS, RURALTINS, e SEMADES) em assuntos do uso dos recursos naturais em processos de gestão ambiental através da visita técnica (missão) a Espanha. (Anexo 43)
- SEMADES, NATURATINS e RURALTINS fortalecidos nos aspectos planejados no projeto: qualificação equipe, melhoria capacidade institucional, bens materiais estruturantes. (Anexo 44)
- Fortalecimento ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS EXTRATIVISTAS DO POVOADO DA MUMBUCA, criada em 2000 por um grupo de artesãos do Povoado de Mumbuca, e inscrita no CNPJ 05.010.011/0001-76, sediada no Povoado da Mumbuca, localizado a trinta quilômetros da sede do município de Mateiros-Tocantins. Houve treinamento de 40 horas para 20 membros da comunidade Mumbuca realizado cursos de Associativismo e Técnicas de computação. (Anexo 45)
- CAR lançado em todo Estado com 22,97 % da área cadastrada. (Anexo 22)
- Programa de Recuperação Ambiental com Termos de Compromissos de recuperação dos passivos ambientais assumidos pelos proprietários no sistema. Atualmente 36,54% dos proprietários solicitaram adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA. (Anexo 22)

## **7. COMPONENTE 4- MONITORAMENTO DO BIOMA E COORDENAÇÃO DA INICIATIVA**

---

O componente tem como objetivo o fortalecimento das instituições participantes para que a execução da ICS seja feita de forma eficaz e eficiente.

### **7.1) Meta Global do Componente**

- Informações sobre a cobertura vegetal, biodiversidade e uso da terra do bioma do Cerrado periodicamente atualizado e disponibilizado livremente.
- Todos os projetos da Iniciativa Cerrado Sustentável sendo coordenados, monitorados e avaliados anualmente, com resultados amplamente divulgados.

### **7.2) PROJETO: MMA**

#### **a) Meta Específica para o Componente**

- Sistema de monitoramento da cobertura vegetal desenvolvido e operacional.
- Banco de dados com informações sobre a cobertura vegetal, biodiversidade e uso da terra do bioma Cerrado atualizada e disponível gratuitamente.

#### **b) Avanços**

##### **b1. Sistema de monitoramento da cobertura vegetal desenvolvido e operacional**

- A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente - SBF/MMA com apoio financeiro do Projeto PNUD/BRA/08/011, assinado entre a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o MMA, por meio de acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, promoveu o Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS monitoramento (PMDBBS) que visa à elaboração e execução do Sistema de Monitoramento por Satélite do Desmatamento nos Biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, com intuito de quantificar desmatamentos de áreas com vegetação nativa e de embasar ações de fiscalização e combate a desmatamentos ilegais naqueles biomas, cabendo ao Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama - CSR a detecção dos desmatamentos. (<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas>)
- De forma adicional, o MMA em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e Universidade

Federal de Goiás (UFG), desenvolveu uma metodologia, compatível com a adotada no TerraClass Amazônia, o TerraClass Cerrado, utilizando imagens do satélite Landsat 8 de 2013, que identifica os tipos de uso das terras e da vegetação nativa no bioma cerrado e seus impactos. Os resultados desta metodologia classificam e mapeam o uso da terra nas classes dispostas no quadro abaixo:

Quadro 3: Classes e subclasses que contemplam o mapeamento adotado no TerraClass Cerrado.

Classe	Sub-Classe	Itens a serem observados
Vegetação natural	Floresta	
	Savana	
	Campo	
	natural_nao_vegetado	Dunas
		praia_fluvial
		afloramento_rochoso
Água	Água	
Meio antrópico	agricultura_perene	
	agricultura_anual	
	Silvicultura	
	Mineração	
	Urbano	
	mosaicos_de_ocupação	
Não observado	nao_observado	Nuvem
		Sombra
		Queimada

- O objetivo é ter uma base de dados que permita monitoramento constante das atividades e planejamento para expansão.
- O Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou, por meio da portaria 389 de 2014 (<http://www.radaroficial.com.br/d/4542508876955648>) o Grupo de Trabalho Executivo (GTE) com o propósito de coordenar a implantação das ações previstas no plano operativo no Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais do Cerrado (Projeto Cerrado-Jalapão). Será implantado um sistema de monitoramento de queimadas.

**b.2. Banco de dados com informações sobre a cobertura vegetal, biodiversidade e uso da terra do bioma Cerrado atualizada e disponível gratuitamente.**

- AS informações sobre o Cerrado serão disponibilizadas por meio do Portal da Biodiversidade hospedado no ICMBIO, que fará compartilhamento de informações com o

SIB-BR. Serão disponibilizadas informações parametrizadas sobre o meio físico, natural e social do bioma Cerrado.

- Os resultados desta iniciativa serão compartilhados com o SiBBr (Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira) que é uma plataforma online desenvolvida com o objetivo de estimular e facilitar a publicação, integração, acesso e uso da informação sobre a biodiversidade brasileira, subsidiando pesquisas e apoiando o processo de formulação de políticas públicas e tomada de decisões associadas à conservação e ao seu uso sustentável.

### **c) Metas Alcançadas e Observações**

- PMDBBS - Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite criado. (Anexo 46)
  - De forma adicional, o MMA em parceria com: EMBRAPA, IBAMA, INPE, UFG realizou o mapeamento do uso das terras do Cerrado por meio do TerraClass Cerrado.
- Fornecimento de informações sobre o Cerrado ao Portal da Biodiversidade que está na fase final. (Integração com: Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira-SIBBr). (Anexo 47)

## **7.3) PROJETO: ICMBio**

### **a) Meta Específica para o Componente**

- Coordenação, acompanhamento e avaliação técnica, além de atividades de registro e disseminação de informações; gestão financeira, contratos e auditoria os relatórios de execução financeira e as atividades de encerramento financeiro do projeto.

### **b) Avanços**

- Reuniões de monitoramento do projeto em algumas unidades incluídas no escopo do projeto; (Anexo 20)
- Reunião de planejamento e avaliação do projeto, uma em cada semestre e que resultaram na elaboração do plano operativo do projeto e o plano de aquisições. (Anexo 20)

- Foi realizada pela CGU a auditoria do projeto em setembro de 2014 foi expresso o parecer positivo em relação ao exercício de 2013 (Anexo 38 ).

### ***c) Metas Alcançadas***

A meta foi alcançada. Segundo a instituição o recurso financeiro será executado 85,8% até o final do projeto.

## **7.4) PROJETO: GOIÁS**

### **a) Meta Específica**

- Informação Ambiental do Estado monitorada, periodicamente atualizada e disponível gratuitamente ao público.

### **b) Avanços**

#### **b.1. Informação Ambiental do Estado monitorada, periodicamente atualizada e disponível gratuitamente ao público.**

- Juntamente com a Coordenação de Geoprocessamento (CGEO), integrante da Gerência de Monitoramento Ambiental (GMA) da Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (Semarh-GO), e em parceria com a Gerência de Combate à Degradação Ambiental (GCDA) foi desenvolvido um sistema de monitoramento com dados gerais ambientais do Estado com dados de RL e APP da área piloto. (Anexo 48)
- Está em atividade o monitoramento da cobertura vegetal em pelo menos 200 municípios do Estado de Goiás e nas UCs APA João Leite, PE Serra de Jaraguá, PE Serra Dourada e PE Serra de Caldas na escala inicial de 1:250.000. Os dados destas atividades serão divulgadas ao público no site da SEMARH.
- Adicionalmente, foi contratada empresa para digitação de 12.000 processos de outorga de água, com finalização dos serviços em fevereiro de 2014.

### **c) Metas Alcançadas e Algumas Observações**

- Foi desenvolvido um sistema de monitoramento com dados gerais ambientais do Estado com dados de RL e APP da área piloto.
- Está em atividade o monitoramento da cobertura vegetal em pelo menos 200 municípios do Estado de Goiás e nas UCs APA João Leite, PE Serra de Jaraguá, PE Serra Dourada e PE Serra de Caldas na escala inicial de 1:250.000.

## **7.5) PROJETO: TOCANTINS**

### **a) Meta Específica para o Projeto do Governo de Tocantins**

- Coordenação técnica, monitoramento e avaliação, e atividades de informação executados em tempo e com eficiência.
- Gestão financeira, aquisição e auditoria, relatórios e atividades financeiras de encerramento do projeto executados de forma satisfatória.

### **b) Avanços para o Período**

#### **b.1. Coordenação técnica, monitoramento e avaliação, e atividades de informação executados em tempo e com eficiência.**

- A SEMADES possui uma equipe de 7 funcionários que atuam na gestão das suas 4 unidades de conservação no Estado. Esta equipe é responsável pela elaboração de relatórios e monitoramento da Iniciativa.
- Aquisição de equipamentos de infraestrutura de TI para fortalecer e aprimorar o trabalho da SEMADES e seus parceiros por meio da aquisição de um servidor com capacidade para gerenciar o banco de dados do CAR, um rack, uma impressora multifuncional, 12 computadores, 12 no-breaks.

#### **b.2. Gestão financeira, aquisição e auditoria, relatórios e atividades financeiras de encerramento do projeto executados de forma satisfatória.**

- Foram elaborados semestralmente os relatórios de execução financeira e realizadas as auditorias. A auditoria do ano de 2013 foi enviada ao Banco para obtenção da não-objeção em maio de 2014 e aprovada em julho do mesmo ano.

### **c) Metas Alcançadas**

- Supervisão e acompanhamento das ações previstas no Plano de Aquisições (UCP e equipe técnica).
- Reuniões de supervisão e missões do banco mundial.

- Vídeo-documentário para divulgação das ações do projeto.

## 8. COMPONENTE 5 e 6- COORDENAÇÃO DA INICIATIVA E DO PROJETO

---

O componente tem como objetivo de fortalecer as instâncias de coordenação e monitoramento da ICS.

### 8.1) PROJETO: MMA

#### a) *Meta Específica para o Componente*

- Comitê da Iniciativa implementado e em funcionamento.
- Todos os projetos da Iniciativa Cerrado Sustentável sendo coordenados, monitorados e avaliados anualmente, com todos os resultados amplamente divulgados.
- Equipe do DCBio completa e treinada para realizar as atividades de monitoramento e avaliação técnica do projeto, e supervisão das atividades de aquisição.
- Gerenciamento financeiro do projeto e atividades de auditoria e fechamento das atividades financeiras do projeto implementadas eficientemente e efetivamente pela equipe do Funbio.

#### c) *Avanços*

- O Comitê da Iniciativa foi implementado e realizou três reuniões.
- O MMA é o coordenador da iniciativa, e o DCBIO criou a Unidade de Coordenação do Projeto com 3 técnicos capacitados e 2 estagiários. O monitoramento dos resultados para todas as UCs não é feito de forma corriqueira, e sim esporádica. As atas de reunião do CONACER e as apresentações estão todas publicadas no site do MMA, sendo a instituição melhor divulgada no âmbito da ICS.
- Ocorreram reuniões de coordenação do projeto com todos os entes envolvidos pelo menos uma vez por ano. Os resultados do projeto foram avaliados anualmente, sendo implantados os ajustes considerados necessários.
- Para aumentar a divulgação dos resultados do programa foi contratada empresa para a elaboração de vídeos para disseminação das boas práticas da ICS.

- Foram estabelecidos mecanismos de comunicação entre executores dos projetos.

### **c) Metas Alcançadas**

Mesmo com os enormes desafios para a implementação do projeto o MMA conseguiu coordenar a Iniciativa, se aperfeiçoando ao longo de sua implantação. Vale ressaltar que após a constatação feita pela revisão de meio termo de que a UCP/MMA não estaria atuando como unidade coordenadora de todo o projeto, e sim apenas da parte dele, a UCP, iniciou um processo de aproximação com os gestores dos demais projetos e começou a atuar como unidade coordenadora convocando reuniões e monitorando a entrega dos relatórios. No último ano de vigência do projeto a UCP e DCBIO organizaram reuniões da CONACER e com os gestores dos projetos. Assim, considera-se que a meta foi cumprida.

## **8.2) PROJETO: GOIÁS**

### **a) Meta Específica**

- Equipe da Unidade de Coordenação do Projeto capacitada para conduzir as atividades de coordenação, monitoramento, avaliação e elaboração de relatórios.

### **b) Avanços**

#### **b.1. Equipe da Unidade de Coordenação do Projeto capacitada para conduzir as atividades de coordenação, monitoramento, avaliação e elaboração de relatórios.**

- A UCP operou utilizando o manual operacional do projeto, as normas estaduais de licitação e o as normas do Banco Mundial. O tamanho da equipe variou ao longo do tempo, mas ao final contava com um coordenador, três analistas e 1 estagiário.
- Atividades de coordenação, monitoramento e avaliação do Projeto foram cumpridas.

### **d) Metas Alcançadas**

- Supervisão e acompanhamento das ações previstas no Plano de Aquisições (UCP e equipe técnica).
- Participação nas reuniões de supervisão e missões do Banco Mundial.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A ICS foi concebida com um arranjo institucional inovador sendo implementado por meio de uma parceria entre entidades públicas e coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A execução financeira foi realizada por um ente privado, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), no caso do projeto do MMA, e nos demais projetos por cada uma das instituições participante.

A Iniciativa demorou certo tempo para começar a funcionar a pleno vapor, sendo a Revisão de Meio Termo de 2012 (27 a 31 de agosto de 2012) definitiva para alinhar o planejamento com as proposituras de alcance das metas da Iniciativa. Vale ressaltar que a primeira fase da Iniciativa (até 2012) demandou um grande aprendizado e inovação em suas ferramentas de gestão estratégica e operacional para superar os desafios impostos.

Os responsáveis pelos projetos demonstraram dificuldades com os procedimentos de aquisições e gerenciamento financeiro solicitando ao MMA e aos doadores esclarecimentos sobre aplicação de suas regras na aquisição/contratação de bens e serviços, o que possibilitou um incremento na execução financeira do projeto.

Um dos problemas apontados ainda nesta primeira fase foi o atraso para o início dos projetos, uma vez que, os Acordos de Doação assinados em junho de 2010 tiveram seu início efetivo a partir de 2011, devido ao período eletivo e às mudanças governamentais e institucionais.

Por outro lado, a elaboração do Plano de Aceleração da Implementação dos Projetos da Iniciativa Cerrado Sustentável e de Atualização dos Avanços dos Projetos da Iniciativa, foram determinantes para a demonstração positiva dos resultados alcançados ao fim do projeto em 2014 para os projetos de Goiás, Tocantins e ICMBio e para o MMA que finalizará em junho de 2015.

Fazendo-se uma avaliação geral da Iniciativa, observamos que mesmo com alguns componentes enfrentando dificuldades no alcance das metas, a exemplo do componente 1, onde as metas de criação de Unidades de Conservação não foram atingidas plenamente devido, sobretudo, às mudanças institucionais e de gestão dos órgãos.

Existe uma determinação do Governo Federal de que todos os problemas fundiários sejam identificados e resolvidos previamente à criação de unidades de conservação. Neste sentido, a maior parte dos processos de criação tiveram estudos iniciados, e que se somam cerca de 50 processos só no Cerrado Brasileiro. Os estudos do meio natural (físico e biótico), socioeconômico, cultural e fundiário em andamento, e aqueles que porventura concluírem todas as etapas dos estudos e consultas públicas, aguardarão a oportunidade para criação. Mesmo não alcançando a

meta de criação, a ICS apoiou a realização de estudos de uma área equivalente a possível para a criação de 2.368.99 hectares. Efetivamente houve a criação unidades de conservação em 401.868 hectares.

A Iniciativa deve comemorar as metas superadas do componente 2 (uso sustentável dos recursos naturais do cerrado) que visou promover a gestão da paisagem produtiva rural com a inclusão de práticas agrícolas sustentáveis. O componente implantou 12 (doze) iniciativas de conhecimentos tradicionais e melhores práticas, capacitaram produtores rurais e fomentou 15 projetos para agregar valor aos produtos de origem rural em execução nas unidades de conservação abrangidas, contribuindo para o aumento da renda das populações moradoras e do entorno das unidades.

O componente 3 que visava fortalecer as instituições e a criação de políticas públicas também obteve êxito com todas as metas alcançadas e elaboração de políticas para a conservação do Cerrado e criação de sistemas de georreferenciamento e licenciamento ambiental das propriedades rurais.

O componente 4 (monitoramento do Bioma) que priorizou a disponibilização e periodicidade de informações sobre a cobertura vegetal e coordenação da iniciativa demonstrou resultados promissores com a implantação do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, criação do TerraClass Cerrado que identifica os tipos de uso do solo e da vegetação no bioma, e um sistema de monitoramento ambiental do Estado do Goiás.

Mesmo com os enormes desafios para a implementação do projeto as instituições participantes conseguiram alcançar as metas da iniciativa no componente 5 (coordenação da iniciativa). Houve um aperfeiçoamento do projeto ao longo de sua implantação.

Os resultados relacionados à coordenação e monitoramento do projeto exigem equipes treinadas com habilidades de supervisão das atividades, o que foi alcançado, uma vez que houve capacitações promovidas tanto pelo Banco Mundial sobre ferramentas de aquisição de materiais e entendimento das normas do Banco, como internamente, dentro de cada grupo, capacitações de gerenciamento das metas e indicadores.

Um dos problemas recorrentes nas instituições públicas e que afetaram diretamente o desempenho de toda a organização da Iniciativa, em um primeiro momento, foi a falta de pessoal nas unidades de conservação e nas instâncias coordenadoras de cada projeto, no entanto, essas dificuldades foram enfrentadas com seriedade pelos órgãos ao longo da execução da Iniciativa, motivando a contratação de consultorias pontuais para preenchimento das necessidades.

Atualmente tanto o ICMBio como o MMA possuem equipes capacitadas e executores em cada unidade de conservação no âmbito da iniciativa, tais realidades também se aplicam as unidades dos projetos Estaduais.

Por fim, vale ressaltar que a meta global de contribuição da Iniciativa para a preservação e monitoramento do Bioma Cerrado foi atendida, uma vez que os quatro projetos desenvolveram seus sistemas de monitoramento de queimadas e desmatamento do Bioma e desenvolveram ações de proteção nas unidades de conservação participantes e certamente esse legado contribuirá para a melhoria das Políticas Ambientais abrangidas pelo bioma.

A tabela a seguir demonstra alguns pontos positivos e negativos no arranjo institucional da Iniciativa apontados com frequência pelos coordenadores de cada projeto.

Tabela 1: Pontos positivos e pontos negativos do arranjo institucional da ICS.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Possibilidade de um parceiro privado para execução dos recursos.	
Após as capacitações para entendimento das regras de contratações pelo Banco Mundial.	Complexidade de implementação do projeto que demandou uma capacidade de articulação que em um primeiro momento até 2012 faltou a MMA e ao Banco Mundial.
Descentralização da execução financeira	Conflitos na interpretação das regras e procedimentos do Banco Mundial por parte dos órgãos de controle do estado em relação à Lei 8.666/93.
Permitiu maior diálogo e alinhamento entre os projetos.	Não houve na primeira fase um gerenciamento estratégico por parte da UCP.
Arranjo democrático que permitiu a participação dos envolvidos.	Dificuldade de comunicação entre instituições envolvidas na primeira fase do projeto.
Proporcionou fortalecimento institucional ao incentivar a criação de ferramentas de gestão do sistema de Ucs e construção de infraestruturas.	
Proporcionou uma estabilidade financeira para as UCs durante a vigência do projeto.	
Proporcionou maior facilidade para os gestores de UCs se capacitarem.	